

# ***PLANO DIRETOR DE TI***

2019-2020



**Tribunal Regional Eleitoral  
do Piauí**





**Tribunal Regional Eleitoral**  
do Piauí  
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

# ***PLANO DIRETOR DE TI***

**2019-2020**

Teresina-PI  
2019

## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**

Praça Desembargador Edgar Nogueira s/n, Centro Cívico  
CEP 64000-830 Teresina – Piauí  
Telefone: (86) 2107-9700  
E-mail: ouvidoria@tre-pi.jus.br

### **Elaboração:**

Secretaria de Tecnologia da Informação: Daniel Gomes Evaristo  
Coordenadores da STI: Agnaldo Abreu Almendra, Francisco das Chagas Pereira Gomes  
e Paulo Marcos Calland de Sousa Leite  
Equipe de apoio: Flávia Fontenele Ferreira, Lis Angélica Neves de Moura e Martony Demes da Silva

### **Validação:**

Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação  
Secretaria de Tecnologia da Informação

### **Aprovação:**

Presidente do TRE-PI

### **Capa e projeto gráfico:**

Breno Ponte de Brito – SECOM

### **Ficha catalográfica:**

Jovita Maria Gomes Oliveira – SEJUB

**Disponível também em:** <<http://www.tre-pi.jus.br>>

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

---

Brasil. Tribunal Regional Eleitoral (PI).  
Plano Diretor de TI: 2018 / Tribunal Regional Eleitoral do Piauí - Teresina:  
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, 2019.  
60 p. : il. col.; 29 cm.

1. Plano Diretor - Tecnologia da Informação. I. Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. II. Título.

CDD:658.4

---





## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

### Composição do Pleno do TRE-PI

Desembargador Francisco Antônio Paes Landim Filho  
**Presidente**

Desembargador Pedro de Alcântara da Silva Macedo  
**Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral**

Dr. Daniel Santos Rocha Sobral  
**Juiz Federal**

Dr. Antônio Soares dos Santos  
**Juiz de Direito**

Dr. Astrogildo Mendes de Assunção Filho  
Dr. Thiago Mendes de Almeida Férrer  
**Juristas**

Dr. Patrício Noé da Fonseca  
**Procurador Regional Eleitoral**

### Composição do Órgão Consultivo do TRE-PI

Dr. Italo Márcio Gurgel de Castro  
**Juiz Auxiliar da Presidência e Corregedoria**

---

### Composição da Secretaria do TRE-PI

Geraldo Sebastião Almeida Mota Filho  
**Diretor-Geral**

Daniel Gomes Evaristo  
**Secretário de Tecnologia da Informação**

Ivana de Macêdo Rodrigues  
**Secretária de Gestão de Pessoas**

João José Rodrigues Alves  
**Secretário Judiciário**

Johnny Wellington Chaves de Andrade e Silva  
**Secretário de Administração, Orçamento e Finanças**

## **Composição do Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação**

Doutor Antônio Lopes de Oliveira

**Membro da Corte – Presidente do Comitê**

Geraldo Sebastião Almeida Mota Filho

**Diretor-Geral**

Marcônio Galvão Lopes

**Coordenador da Corregedoria Regional Eleitoral**

Daniel Gomes Evaristo

**Secretário de Tecnologia da Informação**

Ivana de Macêdo Rodrigues

**Secretário de Gestão de Pessoas**

João José Rodrigues Alves

**Secretário Judiciário**

Johnny Wellington Chaves de Andrade e Silva

**Secretário de Administração, Orçamento e Finanças**

## **Composição da Secretaria de Tecnologia da Informação**

Daniel Gomes de Evaristo

**Secretário de Tecnologia da Informação**

Francisco das Chagas Pereira Gomes

**Coordenador de Desenvolvimento e Infraestrutura**

Paulo Marcos Calland de Sousa Leite

**Coordenador de Eleições Informatizadas**

Aginaldo Abreu Almendra

**Coordenador de Suporte Técnico**

# SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Introdução .....</b>                                       | <b>7</b>  |
| <b>1. Objetivo do PDTI .....</b>                              | <b>9</b>  |
| <b>2. Termos e abreviaturas .....</b>                         | <b>11</b> |
| <b>3. Metodologia de elaboração do PDTI 2019 .....</b>        | <b>13</b> |
| 3.1 Avaliação do PDTI 2017 .....                              | 13        |
| 3.2 Levantamento de necessidades .....                        | 13        |
| 3.3 Alinhamento estratégico .....                             | 14        |
| 3.4 Seleção das iniciativas .....                             | 15        |
| 3.5 Validação pelo CDTI .....                                 | 15        |
| <b>4. Documentos de referência .....</b>                      | <b>17</b> |
| <b>5. Princípios e diretrizes estratégicos .....</b>          | <b>19</b> |
| 5.1 Princípios .....  | 19        |
| 5.2 Diretrizes .....  | 21        |
| <b>6. Estrutura organizacional da TI .....</b>                | <b>23</b> |
| 6.1 Força de trabalho de TI .....                             | 26        |
| <b>7. Resultados do Planos Diretor de TI anterior .....</b>   | <b>29</b> |
| <b>8. Referencial estratégico de TI .....</b>                 | <b>35</b> |
| 8.1 Identidade Institucional .....                            | 35        |
| 8.2 Mapa da Estratégia de TI do TRE/PI 2015-2020 .....        | 37        |
| 8.3 Análise de cenário .....                                  | 38        |
| 8.4 Inventário de necessidades .....                          | 39        |
| 8.5 Revisão do PDTI .....                                     | 39        |
| <b>9. Fatores críticos de sucesso .....</b>                   | <b>41</b> |
| <b>10. Planos derivados do PDTI .....</b>                     | <b>43</b> |
| 10.1 Portfólio de iniciativas de TI – Anexo I .....           | 43        |
| 10.2 Planos de Desenvolvimento de Sistemas – Anexo II .....   | 43        |
| 10.3 Planos de Capacitação de TI – Anexo III .....            | 44        |
| 10.4 Planos de Contratação de Soluções de TI – Anexo IV ..... | 44        |
| 10.5 Plano de gestão de riscos do PDTI – Anexo V .....        | 45        |
| 10.6 Plano Orçamentário de TI – Anexo VI .....                | 45        |
| <b>Conclusão .....</b>  | <b>47</b> |
| <b>Anexos .....</b>   | <b>49</b> |





# INTRODUÇÃO

A prática do planejamento que prevê as metas associadas às ações previstas é recomendada para qualquer instituição, pública ou privada, que pretenda demonstrar uma gestão eficiente dos recursos da área de Tecnologia da Informação (TI).

Assim, um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) se torna um instrumento indispensável para a gestão dos recursos de TI. Neste cenário, o PDTI consolida, em nível tático e operacional, todas as iniciativas da área de TI que contemplem e suportem as ações e metas estabelecidas na estratégia institucional e de tecnologia da informação.

Para a elaboração deste PDTI, foram considerados:

- o atendimento às demandas tecnológicas e de informação do TRE-PI;
- as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ nº 211/2015 vigente a partir de 15/12/2015, que revogou as Resoluções CNJ nº 90/2009 e 99/2009;
- o alinhamento das iniciativas estratégicas dos planos estratégicos institucional e de tecnologia da informação;
- a necessidade de instituição de novos processos de trabalho, visando atender às demandas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Tribunal de Contas da União (TCU), voltados ao gerenciamento dos serviços de tecnologia da informação.

Nesse contexto, o PDTI é um instrumento empregado pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) para efetivar o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI) e o Planejamento estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), estabelecido na Resolução nº 330/2016.

Em resumo, este PDTI dá o direcionamento das ações da tecnologia da informação no âmbito da Justiça Eleitoral do Piauí para o exercício 2019-2020.



Este documento tem a finalidade de orientar o direcionamento da Tecnologia da Informação, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em consonância com o seu plano estratégico. É premissa para a contratação ou aquisição na área de Tecnologia da Informação, abrangendo a capacitação do quadro de servidores efetivos, assim como a melhoria dos processos de governança, de terceirização e de gestão de serviços de tecnologia da informação.

Este PDTI tem como principais objetivos:

- apontar os principais desafios da organização e as estratégias de TI para enfrentá-los;
- estabelecer parâmetros que viabilizem as decisões relativas à gestão de serviços e recursos de TI da organização em alinhamento com as diretrizes do governo federal;
- dar visibilidade para a organização da lógica de atuação da área de TI e o seu valor agregado para a organização;
- demonstrar o papel chave que a TI tem a desempenhar para o sucesso da instituição, por meio dos serviços prestados à sociedade;
- sustentar a análise de custo benefício dos investimentos em Tecnologia da Informação.





Os conceitos relacionados a termos técnicos, convenções e abreviações, mencionados neste documento, estão dispostos na Tabela 1 – Termos e abreviaturas.

**Tabela 1 – Termos e abreviaturas**

| TERMO                                | DESCRIÇÃO  |
|--------------------------------------|--|
| <b>ALINHAMENTO ESTRATÉGICO</b>       | Processo de transformar a estratégia do negócio em estratégia de Tecnologia da Informação que garantam que os objetivos de negócio sejam apoiados e o recurso investido em Tecnologia da Informação gere valor à Instituição.  |
| <b>CDTI</b>                          | Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação. Responsável por orientar e aprovar o PETI e o PDTI, estabelecer políticas e diretrizes de TI, definir prioridades dos investimentos, estabelecer prioridades para execução de projetos de TI, dentre outras competências. |
| <b>GOVERNANÇA CORPORATIVA DE TIC</b> | Sistema (normas, diretrizes, políticas, processos, estruturas) pelo qual o uso atual e futuro da TI é dirigido e controlado, de acordo com a NBR 38.500.   |
| <b>INDICADORES</b>                   | Maneira pela qual a organização irá medir o desempenho de cada objetivo estratégico. Índices claros e que possibilitam o acompanhamento da evolução de cada objetivo.  |
| <b>INICIATIVAS ESTRATÉGICAS</b>      | Projetos ou planos de ação que devem ser priorizados por contribuírem diretamente para o alcance das metas e dos objetivos estratégicos, transformando o desempenho atual no desempenho desejado.  |
| <b>METAS</b>                         | Projeções claras e alinhadas ao horizonte de médio e longo prazos, representando quão longe a organização poderá chegar no que tange ao desempenho de cada objetivo estratégico.   |
| <b>MISSÃO</b>                        | Razão pela qual a instituição existe.  |
| <b>OBJETIVOS</b>                     | Desafios que a organização impõe a si mesma, a serem vencidos no período de tempo abrangido pelo planejamento.   |

| TERMO  | DESCRIÇÃO  |
|--|--|
| <b>PAC DE TI</b>                             | Plano Anual de Capacitação de Tecnologia da Informação. Estabelece a carteira de cursos a serem contratados anualmente para atender às necessidades da área de tecnologia da informação do TRE-PI. O PAC de TI foi instituído pela Resolução TRE-PI nº 234/2011. |
| <b>PADS</b>                                  | Plano de Acompanhamento do Desenvolvimento de Sistemas. Plano quadrimestral de desenvolvimento de sistemas, desenvolvido com base nos termos da Resolução TRE-PI nº 320/2015.  |
| <b>PEI</b>                                   | Plano Estratégico Institucional, resultante do processo de planejamento estratégico da Justiça Eleitoral do Piauí.   |
| <b>PETI</b>                                  | Plano Estratégico de Tecnologia da Informação, resultante do processo de planejamento estratégico da área de tecnologia da informação.   |
| <b>POLÍTICA DE NIVELAMENTO DE TIC DO CNJ</b> | Estabelecida pela Resolução CNJ nº 90/2009 e atualizada com a Resolução CNJ nº 211/2015, dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário.  |
| <b>PORTFÓLIO DE PROJETOS</b>                 | Conjunto de projetos a serem executados por determinada unidade ou pela organização como um todo, após efetuadas as respectivas categorização e análises de viabilidade e priorização.   |
| <b>PROJETO</b>                               | Empreendimento temporário, desenvolvido com o objetivo de criar um produto, serviço ou resultado único, de acordo com o guia <i>PMBok (Project Management Body of Knowledge)</i> .   |
| <b>TI</b>                                    | Sigla que designa a área de Tecnologia da Informação.  |
| <b>VALORES</b>                               | Princípios basilares a serem praticados pela instituição no dia a dia, em busca dos objetivos traçados.  |
| <b>VISÃO</b>                                 | Descrição do futuro almejado pela organização a ser atingido no período de tempo abrangido pelo planejamento.  |

A elaboração do PDTI 2019-2020 seguiu um roteiro estabelecido em um plano de ação desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação. O plano foi organizado em fases, conforme apresentado na figura a seguir:



A elaboração do PDTI prevê a existência de uma estratégia de tecnologia da informação, o que foi atendido com a publicação do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) para o período 2015-2020.

A observância das fases acima permitiu as condições necessárias para o alinhamento deste Plano à estratégia de TI do Tribunal, garantindo assim a observância de boas práticas em governança de tecnologia da informação, resultando neste documento final.

### 3.1 Avaliação do PDTI 2017

Para a elaboração do PDTI 2019-2020 foi necessário identificar, junto às unidades, o cumprimento do PDTI 2017. Esse levantamento foi realizado com base nas reuniões do Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e a partir de respostas à consulta, enviada por e-mail pelo Gabinete da STI. Esse passo é necessário para acompanhar o cumprimento do PETI e do Plano de Trabalho apresentado ao CNJ.

### 3.2 Levantamento de necessidades

O levantamento das necessidades constantes no PDTI 2019-2020 ocorreu em cinco etapas, conforme elencado a seguir:

1. A partir do conjunto de iniciativas previstas no PETI  
As unidades apresentaram um conjunto de necessidades que foram priorizadas pelo CDTI e relacionadas como iniciativas estratégicas do PETI;
2. Durante o levantamento de cursos para compor o PAC de TI  
As Coordenadorias da área de TI encaminharam suas necessidades de capacitação para o exercício 2018;
3. Durante o levantamento de necessidades de sistemas corporativos  
As unidades enviaram suas necessidades de desenvolvimento de sistemas corporativos para o exercício 2019;
5. Durante a definição das contratações para o exercício 2019  
O CDTI priorizou as contratações de TI com base nos orçamentos do exercício 2019.

### 3.3 Alinhamento estratégico

O Acórdão TCU nº 1603/2008-Plenário demonstrou ser fundamental o alinhamento de todos os planos, recursos e unidades organizacionais para que o planejamento estratégico da organização pública seja exitoso.

Este PDTI observou as premissas para a obtenção desse alinhamento com a estratégia de TI do TRE-PI, visando apoiar os objetivos da estratégia institucional e investir os recursos na área de tecnologia da informação que agreguem valor à organização.

A Figura 1 – Relação entre planos organizacionais demonstra o relacionamento entre o Plano Estratégico Institucional, o Plano Estratégico de TI e o Plano Diretor de TI.



Figura 1 – Relação entre planos organizacionais



### 3.4 Seleção das iniciativas

O conjunto de iniciativas propostas para compor o PETI, o PADS, o PAC de TI e as contratações de TI foram consolidadas neste documento, sendo definido um horizonte temporal para a sua efetivação, além dos recursos necessários para a realização da iniciativa.

### 3.5 Validação pelo CDTI

Este Plano Diretor e seus respectivos anexos tomaram por base o inventário de necessidades de tecnologia da informação do TRE-PI e a força de trabalho disponível na STI. O documento final foi encaminhado para validação em reunião do CDTI e, posteriormente, aprovado pelo Presidente deste TRE-PI, para publicação na forma de Portaria.



A elaboração do PDTI exige a observância de diretrizes, padrões, normas e orientações do Governo Federal. A “Tabela 2 – Normativos relacionados à área de Tecnologia da Informação” contém a relação dos principais normativos que estão relacionados à atuação da área de TI.

Tabela 2 – Normativos relacionados à área de Tecnologia da Informação

| DOCUMENTO  | DESCRIÇÃO  |
|--|--|
| <b>RESOLUÇÃO CNJ Nº 211/2015</b>                       | Instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).   |
| <b>RESOLUÇÃO TRE Nº 303/2015</b>                       | Institui o Plano Estratégico Institucional do TRE-PI.  |
| <b>RESOLUÇÃO CNJ Nº 198/2014</b>                       | Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.   |
| <b>ACÓRDÃO TCU-PLENÁRIO Nº 1.200/2014</b>              | Dispõe sobre o incremento e a capacitação do pessoal de TI.  |
| <b>RESOLUÇÃO CNJ Nº 182/2013</b>                       | Instituiu o processo de planejamento de contratação de soluções de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do Poder Judiciário.   |
| <b>ACÓRDÃO TCU-PLENÁRIO Nº 2.585/2012</b>              | Dispõe sobre a transparência das metas de TI e serviços ao cidadão   |
| <b>ACÓRDÃO TCU-PLENÁRIO Nº 1.233/2012</b>              | Dispõe sobre a implantação de estruturas de controles internos para mitigar riscos.  |
| <b>ACÓRDÃO TCU-PLENÁRIO Nº 1.603/2008 E 2.308/2010</b> | Esses acórdãos evidenciam a necessidade de alinhamento da estratégia de TI com o negócio da instituição e a necessidade de acompanhar o desempenho dessa estratégia.                 |
| <b>COBIT</b>   | <i>Control Objectives for Information and related Technology</i> . Guia de boas práticas dirigido à gestão de Tecnologia da Informação (TI).   |
| <b>ITIL</b>  | <i>Information Technology Infrastructure Library</i> . Conjunto de boas práticas a serem aplicadas na infraestrutura, operação e manutenção de serviços de tecnologia da informação. |





Os princípios e diretrizes orientam a elaboração e a execução do PDTI, apoiando a priorização das necessidades e dos critérios para aceitação de riscos. Os princípios determinam o ponto de partida e as diretrizes definem instruções para o alcance dos objetivos do PDTI

### 5.1 Princípios

Os princípios comumente são delimitados por instrumentos legais, diretrizes de governo, recomendações e determinações das instâncias de controle, melhores práticas de mercado e pelo próprio contexto da estrutura de TI da instituição. A Tabela 3 – Princípios do PDTI contempla os princípios que norteiam a condução deste plano diretor.

**Tabela 3 – Princípios do PDTI**

| PRINCÍPIO |  | FONTE   |
|-----------|--|---|
| <b>P1</b> | Alinhamento do PETI às necessidade do negócio.   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acórdão nº 1.603/2008 – Plenário/TCU;</li> <li>• Acórdão nº 2.308/2010 – Plenário/TCU;</li> <li>• Resolução CNJ nº 211/2015;</li> <li>• COBIT;</li> </ul>                              |
| <b>P2</b> | Contratações de bens e serviços de TI precedidas de planejamento, tomando-se por base o PDTI.  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acórdão nº 1.558/2003 – Plenário/TCU;</li> <li>• Acórdão nº 786/2006 – Plenário/TCU;</li> <li>• Acórdão nº 1.603/2008 – Plenário/TCU;</li> <li>• Resolução CNJ nº 182/2013.</li> </ul> |
| <b>P3</b> | Planejamento dos investimentos em hardware e software em conformidade com as políticas, diretrizes, e especificações definidas em instrumentos legais. | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Acórdão nº 1.558/2003 – Plenário/TCU;</li> <li>• Resolução CNJ nº 182/2013;</li> <li>• Resolução TRE-PI nº 276/2013;</li> <li>• Resolução CNJ nº 211/2015.</li> </ul>                  |
| <b>P4</b> | Estímulo à atuação dos servidores na gestão e governança de TI, a partir da terceirização das tarefas de execução.                                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto-Lei nº 200/1967, art. 10, § 7º e 8º;</li> <li>• Decreto nº 2.271/1997.</li> </ul>  |
| <b>P5</b> | Estímulo ao desenvolvimento, à padronização, à integração, à normalização dos serviços e à disseminação de informações.                                | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto-Lei nº 7.579/2011.</li> </ul>  |
| <b>P6</b> | Utilização racional dos recursos de TIC, visando à melhoria da qualidade e da produtividade do ciclo da informação.                                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>• EGTI 2011/2012 e 2013/2015 – SLTI/MPOG.</li> </ul>   |

| PRINCÍPIO  |  | FONTE  |
|------------|--|--|
| <b>P7</b>  | Padronização do ambiente de tecnologia da informação, visando à integração das soluções de TI no âmbito da Administração Pública Federal.                        | <ul style="list-style-type: none"> <li>Portaria nº 05/2005 – SLTI/MPOG;</li> <li>Resolução CNJ nº 211/2015;</li> <li>EGTI 2011/2012 e 2013/2015 – SLTI/MPOG;</li> </ul>  |
| <b>P8</b>  | Estímulo à adoção de soluções baseadas em <i>softwares</i> livres, sempre que estas atenderem às necessidades do negócio.  | <ul style="list-style-type: none"> <li>EGTI 2011/2012 e 2013/2015 – SLTI/MPOG;</li> <li>Resolução CNJ nº 211/2015.</li> </ul>  |
| <b>P9</b>  | Garantia da segurança de TIC   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução CNJ nº 211/2015;</li> <li>EGTI 2011/2012 e 2013/2015 – SLTI/MPOG;</li> <li>Instrução Normativa nº 01 – GSI/PR;</li> <li>Resolução TRE nº 315/2015.</li> </ul>                                   |
| <b>P10</b> | Garantia da melhoria contínua da infraestrutura de TIC.  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução CNJ nº 211/2015;</li> <li>Resolução CNJ nº 315/2015;</li> <li>EGTI 2011/2012 e 2013/2015 – SLTI/MPOG.</li> </ul>  |
| <b>P11</b> | Melhoria da eficiência dos processos de TIC.   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução CNJ nº 211/2015;</li> <li>EGTI 2011/2012 e 2013/2015 – SLTI/MPOG.</li> </ul>  |
| <b>P12</b> | Estímulo e promoção da formação, do desenvolvimento e do treinamento dos servidores que atuam na área de TIC.  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Resolução CNJ nº 211/2015;</li> <li>Acórdão TCU nº 1200/2014-Plenário</li> <li>Decreto nº 7579/2011.</li> </ul>   |
| <b>P13</b> | Pagamento de serviços contratados tomando-se por base resultados objetivamente mensurados.   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Acórdão TCU nº 786/2006 – Plenário;</li> <li>Acórdão TCU nº 1.603/2008 – Plenário;</li> <li>Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 04/2014</li> <li>Resolução CNJ nº 182/2013.</li> </ul>                       |
| <b>P14</b> | Processos e serviços críticos de TI devem ser monitorados (planejados, organizados, documentados, implementados, medidos, acompanhados, avaliados e melhorados). | <ul style="list-style-type: none"> <li>COBIT – <i>Control Objectives for Information and related Technology</i>;</li> <li>ITIL – <i>Information Technology Infrastructure Library</i>;</li> <li>Acórdão TCU nº 1.603/2008 – Plenário.</li> </ul> |

## 5.2 Diretrizes

As diretrizes correspondem ao conjunto de instruções ou indicações para se tratar e levar a termo o plano diretor. A “Tabela 4 – Diretrizes do PDTI” apresenta as diretrizes adotadas para o alcance dos objetivos deste PDTI.

**Tabela 4 – Diretrizes do PDTI**

| DIRETRIZ   |   |
|------------|---|
| <b>D1</b>  | Promover a governança de tecnologia da informação no âmbito do TRE-PI.  |
| <b>D2</b>  | Buscar excelência, inovação e criatividade na gestão.   |
| <b>D3</b>  | Garantir que as propostas orçamentárias de TI sejam elaboradas com base em planejamentos e alinhadas com os objetivos de negócio. |
| <b>D4</b>  | Garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade da informação.  |
| <b>D5</b>  | Investir na otimização dos recursos de TI e na qualidade do atendimento ao usuário.   |
| <b>D6</b>  | Promover a melhoria dos sistemas de informação.   |
| <b>D7</b>  | Estimular a adoção de metodologia de desenvolvimento de sistemas, buscando assegurar padronização, integridade e segurança.       |
| <b>D8</b>  | Adotar padrões abertos no desenvolvimento de tecnologia da informação.  |
| <b>D9</b>  | Manter os processos internos de TI mapeados, formalizados, mensurados e otimizados.   |
| <b>D10</b> | Promover capacitação/formação de servidores de TI.  |



A área de tecnologia da informação do Tribunal está organizada, regimentalmente, conforme demonstrado na Figura 2 – Organograma da Secretaria de Tecnologia da Informação.

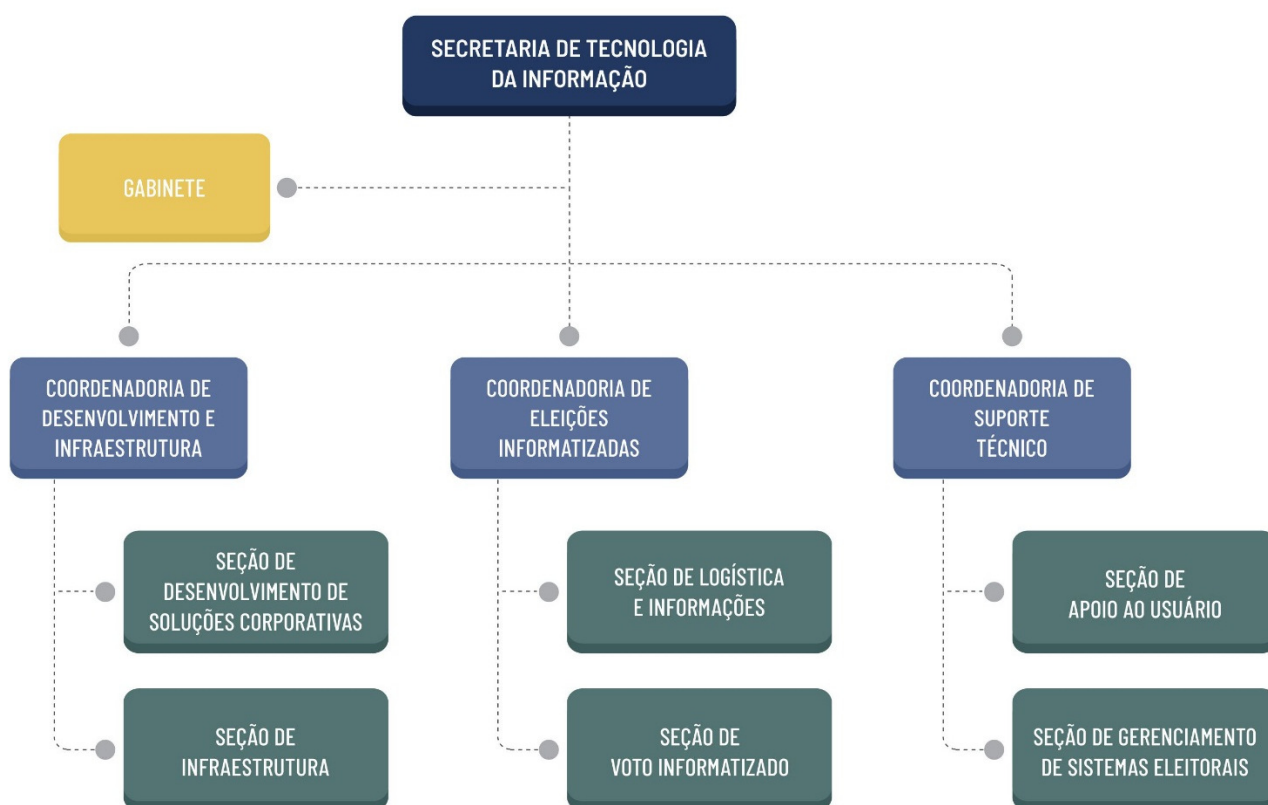


Figura 2 – Organograma da Secretaria de Tecnologia da Informação

As principais atividades da Secretaria de Tecnologia estão definidas no Regulamento da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, regulamentado por meio da Resolução TRE-PI nº 271/2013.

Compete à **Secretaria de Tecnologia da informação (STI)** planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades de sistematização dos procedimentos necessários à realização dos pleitos eleitorais oficiais e parametrizados, competindo-lhe, também, coordenar e controlar as atividades de atualização do cadastro de eleitores, de desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas informatizados, bem como de infraestrutura e suporte para o funcionamento das unidades do Tribunal.

O Gabinete da STI tem duas assistências que desenvolvem atividades de apoio relacionadas à governança e gestão de tecnologia da informação.

**Compete ao Gabinete da STI:**

- assistir ao titular da STI em matéria administrativa, acerca do planejamento, coordenação e organização das atividades de apoio ao funcionamento da Secretaria, bem como em matéria jurídica, na elaboração de pareceres, despachos administrativos e autuação de processos;
- realizar o controle de documentos, processos e correspondências encaminhados à Unidade.

**Compete à Assistência de Governança de Tecnologia da Informação:**

- apoiar a implantação ou aprimoramento dos processos e metodologias aderentes à Governança de Tecnologia da Informação;
- apoiar a elaboração e execução dos planos estratégicos de tecnologia da informação e seus desdobramentos;
- apoiar a implantação ou aprimoramento dos processos de gestão de tecnologia da informação;
- apoiar o gerenciamento do orçamento de Tecnologia da Informação, em conjunto com as demais áreas competentes do Tribunal;
- apoiar o monitoramento do plano anual de capacitação de tecnologia da informação visando garantir a execução das capacitações necessária para o cumprimento da estratégia estabelecida.

**Compete à Assistência à Gestão de Processos de Tecnologia da Informação:**

- apoiar a definição dos processos, a organização interna e relacionamentos necessários ao bom funcionamento da STI;
- apoiar o mapeamento e a melhoria dos processos internos da STI;
- apoiar o gerenciamento dos requisitos de qualidade acordados com o fim de garantir a satisfação dos clientes dos serviços de tecnologia da informação;
- apoiar o gerenciamento dos projetos visando o seu alinhamento com a execução das estratégias e diretrizes previstas;
- apoiar o monitoramento e avaliação dos controles internos definidos no âmbito da STI;
- avaliar a conformidade das ações adotadas com os requisitos externos estabelecidos.

**Compete à STI, por intermédio da Coordenadoria de Suporte Técnico (COSUT):**

- propor normas e diretrizes com vistas à atualização periódica dos equipamentos de microinformática e aprimoramento do suporte aos serviços informatizados no âmbito da Secretaria do Tribunal e Zonas Eleitorais;
- coordenar a distribuição, utilização e manutenção dos recursos de microinformática necessários às atividades administrativas das diversas unidades do Tribunal e Zonas Eleitorais;
- coordenar o gerenciamento de serviços de tecnologia da informação relativos aos recursos de microinformática disponíveis no âmbito do Tribunal;
- coordenar a instalação, atualização e operacionalização dos sistemas eleitorais.

**Compete à Seção de Gestão de Sistemas Eleitorais (SEGSIE):**

- gerenciar o sistema do cadastro eleitoral;
- prestar suporte às zonas eleitorais nos sistemas eleitorais e demais aplicativos padronizados pela Justiça Eleitoral;

**Compete à Seção de Apoio ao Usuário (SEAU):**

- responder pela gerência do parque computacional, aquisição e manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de microinformática;
- controlar o registro de licenças de programas de computadores;
- desempenhar atividades relativas ao gerenciamento de serviços de tecnologia da informação;
- desenvolver todos os procedimentos necessários para o perfeito funcionamento dos equipamentos de microinformática nas unidades do Tribunal e Zonas Eleitorais.

**Compete à STI, por intermédio da Coordenadoria de Desenvolvimento e Infraestrutura (CODIN):**

- planejar, coordenar e orientar os projetos de desenvolvimento e homologação de sistemas corporativos de informações;
- supervisionar as atividades de manutenção da infraestrutura de redes de computadores e servidores do Tribunal.

**Compete à Seção de Infraestrutura (SEINF):**

- responder pela gerência dos ativos da infraestrutura de rede e de comunicação;
- sugerir e acompanhar as diretrizes de segurança de acesso;
- controlar o acesso e a salvaguarda dos dados nos servidores.

**Compete à Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas (SEDESC):**

- responder pelo desenvolvimento de soluções corporativas;
- gerenciar as publicações da intranet e da internet;
- realizar auditoria dos sistemas administrativos;
- documentar os sistemas desenvolvidos;
- realizar ou acompanhar as manutenções necessárias nos sistemas administrativos utilizados na Justiça Eleitoral do Piauí.

**Compete à STI, por intermédio da Coordenadoria de Eleições Informatizadas (COELEI):**

- acompanhar e administrar a realização de eleições oficiais e comunitárias, referendos e plebiscitos e demais eventos envolvendo o voto informatizado;
- gerenciar os dados e sistemas eleitorais relacionados com a configuração das urnas eletrônicas;

- manter banco de dados de informações e estatísticas eleitorais e dados históricos das eleições;
- gerenciar a criação de manuais, instruções e formulários produzidos pelo Tribunal, para utilização em eleições;
- coordenar a definição e a quantificação dos materiais e formulários necessários aos trabalhos de votação, apuração e totalização de eleições;
- orientar o dimensionamento dos recursos humanos necessários ao suporte técnico às Zonas Eleitorais, locais de apuração, centrais de processamento de dados, postos de justificativas eleitorais, dentre outros, sugerindo os necessários treinamentos;
- promover workshops e propor a realização de eventos de divulgação do voto informatizado.

Compete à **Seção de Voto Informatizado (SEVIN)**:

- responder pela organização, logística e manutenção de urnas eletrônicas;
- prestar suporte às zonas eleitorais quanto ao uso de sistemas eleitorais relacionados à urna eletrônica.

Compete à **Seção de Logística e Informações (SELOGI)**:

- responder pela sistematização do conjunto de atividades da Coordenadoria relacionadas à organização das eleições, incluindo prazos, pessoas envolvidas e custos associados;
- fornecer dados necessários ao planejamento de eleições informatizadas e sua execução;
- fornecer as informações necessárias à logística das eleições informatizadas;
- planejar a logística de distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas, cartões de memória e suprimentos para as Zonas Eleitorais para a realização das eleições oficiais.

## 6.1 Força de trabalho de TI

A Secretaria de Tecnologia da Informação é composta por servidores efetivos do quadro permanente do Tribunal e profissionais terceirizados contratados pelas empresas que prestam serviços de TI para a Justiça Eleitoral do Piauí.

Os servidores efetivos do quadro permanente abrangem servidores da carreira de TI e servidores de outras áreas de atuação. A carreira de TI da Justiça Eleitoral é formada pelos cargos listados a seguir:

- Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidade **Análise de Sistemas**;
- Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidade **Programação de Sistemas**;
- Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidade **Operador de Computador**;
- Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidade **Digitação**.



Constituem, ainda, o quadro de integrantes da STI servidores do cargo Analista Judiciário – Área Judiciária e Analista Judiciário – Área Administrativa, além de Técnico Judiciário – Área Administrativa. A Tabela 5 – Distribuição de servidores efetivos na STI - detalha a distribuição dos servidores nas unidades que integram a Secretaria.

**Tabela 5 – Distribuição de servidores efetivos na STI**

| UNIDADE   | ANALISTA JUDICIÁRIO |                |            | TÉCNICO JUDICIÁRIO      |                        |           |                | TOTAL |
|---|---------------------|----------------|------------|-------------------------|------------------------|-----------|----------------|-------|
|   | ANÁLISE DE SISTEMAS | ADMINISTRATIVO | JUDICIÁRIO | PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS | OPERADOR DE COMPUTADOR | DIGITAÇÃO | ADMINISTRATIVO |       |
| Secretaria de Tecnologia da Informação              |                     |                |            |                         |                        |           |                |       |
| • Gabinete da Secretaria                            | 1                   |                | 2          |                         |                        |           | 1              | 4     |
| Coordenadoria de Suporte Técnico                    |                     |                |            |                         |                        |           |                |       |
| • Gabinete da Coordenadoria                         |                     |                | 1          |                         |                        | 1         |                | 2     |
| • Seção de Gerenciamento de Sistemas Eleitorais     |                     |                | 1          |                         |                        |           | 1              | 2     |
| • Seção de Apoio ao Usuário                         | 2                   |                | 2          | 2                       | 1                      |           |                | 7     |
| Coordenadoria de Desenvolvimento e Infraestrutura   |                     |                |            |                         |                        |           |                |       |
| • Gabinete da Coordenadoria                         | 2                   |                |            |                         |                        |           |                | 2     |
| • Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas | 1                   |                |            | 1                       |                        |           |                | 2     |
| • Seção de Infraestrutura                           | 1                   |                | 1          |                         |                        |           |                | 2     |
| Coordenadoria de Eleições Informatizadas            |                     |                |            |                         |                        |           |                |       |
| • Gabinete da Coordenadoria                         | 1                   |                |            |                         |                        |           | 1              | 2     |
| • Seção de Voto Informatizado                       |                     |                |            | 1                       |                        | 1         | 1              | 3     |
| • Seção de Logística e Informações Eleitorais       | 1                   |                |            |                         | 2                      |           |                | 3     |
| TOTAL   | 8                   | 0              | 8          | 4                       | 3                      | 2         | 4              | 29    |

Integram o quadro de servidores da STI um servidor removido para o TRE-PI, usufruindo de licença para acompanhamento de cônjuge, originário do Tribunal Regional do Distrito Federal. O cargo do servidor é Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidade Programação de Sistemas. Também há um servidor originário do Tribunal de Justiça do Piauí, sendo seu cargo Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Analista de Sistemas.

Segundo os critérios da Resolução CNJ nº 211/2015, o quadro de servidores na área de TI é insuficiente para desempenho das atividades, de acordo com o porte do Tribunal Regional Eleitoral

do Piauí. Em razão disso, o Tribunal Superior Eleitoral, a quem compete propor ao Congresso Nacional a criação de novos cargos para a Justiça Eleitoral, realizou levantamento para identificar a necessidade de incremento no número de servidores de carreira da área de TI do Regionais e, como resultado, apresentou à Câmara de Deputados o Projeto de Lei nº 7.990/2013, que propõe a criação de novos cargos específicos de carreira de TI, para prover a infraestrutura de pessoal adequada à área de TI para o cumprimento de sua missão institucional.

Por outro lado, o Tribunal dispõe de alguns contratos de prestação de serviços de TI com o propósito de apoiar a STI na realização de atividades de menor complexidade que possam ser realizadas por empresas contratadas e, assim, aumentar a eficiência da unidade na execução de sua estratégia.

Alguns desses contratos preveem a alocação de profissionais na própria STI, de modo a melhorar a resposta às demandas da unidade e atendendo a requisitos contratuais. A Tabela 6 – Distribuição de profissionais terceirizados na STI - detalha a distribuição dos profissionais lotados nas unidades que integram a STI.

**Tabela 6 – Distribuição de profissionais terceirizados na STI**

| UNIDADE  | AÇÃO CONSULTORIA | LIFE TECNOLOGIA CONSULTORIA | IBROWSE CONSULTORIA E INFORMÁTICA | CTIS TECNOLOGIA | TOTAL     |
|--|------------------|-----------------------------|-----------------------------------|-----------------|-----------|
| <b>Secretaria de Tecnologia da Informação</b>            |                  |                             |                                   |                 |           |
| • Gabinete da Secretaria                                 |                  |                             |                                   |                 |           |
| <b>Coordenadoria de Suporte Técnico</b>                  |                  |                             |                                   |                 |           |
| • Gabinete da Coordenadoria                              |                  |                             |                                   |                 |           |
| • Seção de Gerenciamento de Sistemas Eleitorais          |                  |                             |                                   |                 |           |
| • Seção de Apoio ao Usuário                              | 1                |                             |                                   | 5               | 6         |
| <b>Coordenadoria de Desenvolvimento e Infraestrutura</b> |                  |                             |                                   |                 |           |
| • Gabinete da Coordenadoria                              |                  |                             |                                   |                 |           |
| • Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas      |                  |                             | 4                                 |                 | 4         |
| • Seção de Infraestrutura                                |                  |                             | 3                                 |                 | 3         |
| <b>Coordenadoria de Eleições Informatizadas</b>          |                  |                             |                                   |                 |           |
| • Gabinete da Coordenadoria                              |                  |                             |                                   |                 |           |
| • Seção de Voto Informatizado                            |                  |                             | 1                                 |                 | 1         |
| • Seção de Logística e Informações Eleitorais            |                  |                             |                                   |                 |           |
| <b>TOTAL</b>   | <b>1</b>         | <b>0</b>                    | <b>8</b>                          | <b>5</b>        | <b>14</b> |

O PDTI vigente refere-se ao ano de 2017. A Tabela 7 ilustra os resultados do Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2017 que consolida o resultado das iniciativas de TI previstas para o período de 2017.

**Tabela 7 – Resultados do Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2017**

| ITEM | INICIATIVA  | DESCRIÇÃO  | SITUAÇÃO  | RESULTADOS OBTIDOS   |
|------|---|--|-----------|--|
| 1    | Projeto de revisão eleitoral com recadastramento biométrico           | Realizar a revisão eleitoral com recadastramento biométrico em todo o Piauí  | Concluído | Revisão concluída com atendimento de 100 % do eleitorado do Estado.  |
| 2    | Formalização do modelo operacional de gerenciamento de serviços de TI | Formalizar o modelo operacional de gerenciamento de serviços desenvolvido pela consultoria em gerenciamento de serviços                                | Concluído | Atendida com a publicação da Portaria TRE-PI nº 1095 / 2017  |
| 3    | Implantação do processo de desenvolvimento de software                | Implantar um processo de software baseado nas boas práticas consolidadas de desenvolvimento de sistemas  | Concluído | Atendida com a publicação da Portaria TRE-PI nº 1639 / 2016  |
| 4    | Melhoria da infraestrutura de comunicação de dados                    | Acompanhar o desempenho da infraestrutura de comunicação de dados, visando a melhoria dessa infraestrutura quando necessário                           | Concluído | Prestação de serviços por empresa de contrato TRE-PI nº 18/2019 através do fornecimento de enlaces de comunicação de dados (sites remotos e links dedicados) e todo o suporte à infraestrutura, conforme Termo de Referência nº 69/2019. |
| 5    | Implantação da gestão de riscos corporativos de TI                    | Implantar o processo de gestão de riscos corporativos de TI, bem como a definição de um levantamento dos riscos corporativos de TI a serem gerenciados | Concluído | Atendida com a publicação da Portaria TRE-PI nº 354 / 2017   |

| ITEM | INICIATIVA   | DESCRIÇÃO  | SITUAÇÃO  | RESULTADOS OBTIDOS  |
|------|--|--|-----------|---|
| 6    | Constituir o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação  | Atender o disposto no art. 7º da resolução CNJ nº 211/2015.  | Concluído | Os documentos foram aprovados pelo CDTI   |
| 7    | Constituir o Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação  | Atender o disposto no art. 8º da resolução CNJ nº 211/2015.  | Concluído | Os documentos foram aprovados pelo CDTI   |
| 8    | Alinhar o PETI e o PDTI à resolução CNJ nº 211/2015  | Atender o disposto no art. 6º e art.26 da resolução CNJ nº 211/2015.   | Concluído | Os documentos foram aprovados pelo CDTI   |
| 9    | Constituir o Comitê Gestor de Segurança da Informação  | Atender o disposto no art. 9º da Resolução CNJ nº 211/2015 e o disposto no art.18 da Resolução TRE nº 315/2015 | Concluído | Atendida com a publicação da Portaria TRE-PI nº 294 / 2019  |
| 10   | Estabelecer o plano de continuidade de serviços essenciais de TI   | Atender o disposto no art. 10º § 2º da resolução CNJ nº 211/2015.  | Concluído | Foi elaborado Plano de Ação correspondente a continuidade de serviços conferido no SEI com nº 9798778.  |
| 11   | Normatizar atividades extraordinárias na área de tecnologia da informação  | Atender o disposto no art. 16 da resolução CNJ nº 211/2015.  | Concluído | Atendida com a publicação da Portaria TRE-PI nº 797 / 2017  |
| 12   | Instituir plantão na área de tecnologia da informação  | Atender o disposto no art. 17 da resolução CNJ nº 211/2015.  | Concluído | Atendida com a publicação da Portaria TRE-PI nº 797 / 2017  |
| 13   | Adequar a execução ou contratação serviços de desenvolvimento e de sustentação de sistemas de informação aos requisitos da ENTIC-JUD | Atender o disposto no art. 18 da resolução CNJ nº 211/2015.  | Concluído | Elaboração do Plano de Acompanhamento de Desenvolvimento de Software (PADS) 2019 que regulariza a execução e contratação de serviços conforme Sei de nº 0006282-76. |
| 14   | Classificar sistemas de informação identificando os que são estratégicos   | Atender o disposto no parágrafo único do art. 19 da resolução CNJ nº 211/2015.                                 | Concluído | Classificação realizada conforme disposto no Plano de Acompanhamento de Desenvolvimento de Software 2019.   |

| ITEM | INICIATIVA   | DESCRIÇÃO   | SITUAÇÃO               | RESULTADOS OBTIDOS   |
|------|--|---|------------------------|--|
| 15   | Garantir utilização de ferramentas de inteligência e de exploração de dados para disponibilizar informações relevantes para os seus usuários internos e externos, bem como observar o comportamento dos dados explorados na oferta de serviços | Atender o disposto no art. 21 da resolução CNJ nº 211/2015.   | Concluído              | O TRE-PI adotou solução open source intitulada Knowage para a disponibilização de informações relevantes aos usuários.   |
| 16   | Garantir a integração entre sistemas do primeiro e segundo graus e de instâncias superiores, bem como de outros entes públicos atuantes nos processos judiciais  | Atender o disposto no art. 22 da resolução CNJ nº 211/2015.   | Concluído              | Atendido conforme deliberações pertinentes em ATA do CDTI de nº 4/2019 e Sei 0006282-76 e Plano de Acompanhamento de Desenvolvimento de Software nº 6282-76.             |
| 17   | Disponibilizar na internet as informações sobre processos, seus andamentos e o inteiro teor dos atos judiciais neles praticados, ressalvadas as exceções legais ou regulamentares, conforme disposto nas resoluções do CNJ                     | Atender o disposto no art. 23 da resolução CNJ nº 211/2015.   | Concluído              | Implantação do Processo Judicial Eletrônico (Pje), sistema eletrônico de constituição e tramitação de processos judiciais e administrativos.                             |
| 18   | Pesquisa de satisfação dos usuários de serviços de TIC   | Aferir a satisfação dos usuários de serviços de TI, visando a melhoria contínua da prestação desses serviços.                           | Parcialmente Concluído | A pesquisa foi aplicada no exercício de 2017 e a STI alcançou 83,59% em seu índice de satisfação.  |
| 19   | Revisão do cabeamento lógico de comunicação de dados   | Revisar o cabeamento lógico do TRE e zonas eleitorais, visando a melhoria da performance dos equipamentos na rede da justiça eleitoral. | Parcialmente Concluído | Houve a contratação de empresa para elaborar o projeto executivo do cabeamento da Sede, mas o contrato não foi honrado e o Tribunal realizará novo processo licitatório. |

| ITEM | INICIATIVA   | DESCRIÇÃO   | SITUAÇÃO     | RESULTADOS OBTIDOS  |
|------|--|---|--------------|---|
| 20   | Realização de eleições comunitárias no Piauí   | Prestar serviço de eleição informatizadas a entidades não governamentais ou sem fins lucrativos   | Em andamento | As eleições encontram-se em desenvolvimento com a solicitação das urnas pelos conselhos tutelares das cidades do Piauí, além da realização das eleições da AABB e CRM do município de Teresina. |
| 21   | Implantação do processo de gestão orçamentária de TI   | Implantar processo que acompanhará todo o ciclo da gestão orçamentária de TI no âmbito do TRE-PI  | Em andamento | Iniciada com a análise do material produzido pelo GT-Governança da Justiça Eleitoral para adoção pelo TRE-PI.   |
| 22   | Implantação do processo de gestão de contratos de TI   | Implantar processo de gestão de contratos de TI com base nas boas práticas recomendadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | Em andamento | Instituído grupo de trabalho para realizar implantação do processo de gestão de contratos consoante portaria TRE-PI 452/2019.   |
| 23   | Promover o gerenciamento de projetos no âmbito da STI  | Desenvolver ações visando promover a cultura de gerenciamento de projetos na STI  | Em andamento | Utilização do PADLOG (padlog.tre-pi.gov.br)   |
| 24   | Regulamentação das normas internas de segurança da informação  | Regulamentar as normas internas de segurança da informação, conforme disposto no art. 6º da Res. TRE nº 315/2015                            | Em andamento | As deliberações discutidas pelo Comitê de Segurança da Informação encontram-se no Sei de nº 0009715-18  |
| 25   | Definir política de manutenção de documentos eletrônicos   | Atender o disposto no art. 10º § 4º da resolução CNJ nº 211/2015.   | Em andamento | Constitui-se comissão multidisciplinar para a implementação das políticas tratadas neste item consoante portaria nº 361/2019.   |
| 26   | Definir processo de gestão de ativos de infraestrutura tecnológica   | Atender o disposto no art. 10º § 3º da resolução CNJ nº 211/2015  | Em andamento | Elaborar plano de ação atendendo ao requisitado neste item.   |
| 27   | Garantir que os novos sistemas de informação de procedimentos judiciais e administrativos atendam os requisitos da ENTIC-JUD | Atender o disposto no art. 20 da resolução CNJ nº 211/2015.   | Em andamento | Produção de sistemas de informação regida pelo Plano de Desenvolvimento de Software (PADS) 2019.  |

| ITEM | INICIATIVA  | DESCRIÇÃO   | SITUAÇÃO     | RESULTADOS OBTIDOS  |
|------|---|---|--------------|---|
| 28   | Integrar os dados constantes no campo transparência a sistema informatizado de administração financeira e controle  | Atender o disposto no §1º. do art. 6º da resolução CNJ nº 215/2015.                             | Em andamento | Diante do custo cobrado ficou inviabilizada solução de integração.  |
| 29   | Possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina   | Atender o disposto no inciso III do §4º. do art. 6º da resolução CNJ nº 215/2015                | Em andamento | –   |
| 30   | Divulgar em detalhes, resguardados aqueles necessários para segurança dos sistemas informatizados, os formatos utilizados para estruturação da informação | Atender o disposto no inciso iv do §4º. do art. 6º da resolução CNJ nº 215/2015.                | Em andamento | –   |
| 31   | Normatizar a atualização constante das informações disponíveis para acesso  | Atender o disposto no inciso VI do §4º. do art. 6º da resolução CNJ nº 215/2015.                | Em andamento | Avaliado pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação conforme disposto em ATA de nº 4/2019 e Sei 0006282-76. |
| 32   | Desenvolvimento de plano de auditoria interna para a área de TI   | Elaborar plano de auditoria interna, visando a melhoria contínua dos processos de gestão da STI | Não iniciado | --  |





### 8.1 Identidade Institucional

A identidade de uma organização representa o direcionamento das ações e decisões da Instituição, sendo definida a partir do trinômio missão, visão e valores, bem como dos objetivos estratégicos delineados.

**Missão** é uma declaração sobre a razão de ser da organização, fornecendo uma indicação sucinta e clara daquilo a que a instituição se propõe e subsidia a tomada de decisões, criando um clima de comprometimento dos colaboradores para realização dos processos de trabalho.

**Visão de futuro** define o que a organização pretende ser a médio e longo prazos, permitindo aos servidores entenderem o que é preciso mudar ou melhorar para que a missão seja concretizada.

**Valores** orientam e direcionam o comportamento das pessoas no desenvolvimento das atividades, conferindo coerência e unidade na atuação institucional.

**Atributos de valor** representam o conjunto de valores a ser oferecido aos usuários do serviço, a partir do posicionamento pretendido pela organização.

A Figura 3 – Identidade institucional de Tecnologia da Informação do TRE-PI - consolida esses conceitos para a área de TI do Tribunal, ressaltando-se que os valores e os atributos de valor foram mantidos a partir do Plano Estratégico da instituição.

**2015 Visão:** Alcançar a excelência na prestação dos serviços de tecnologia da informação do Tribunal **2020**

**Conteúdo descritivo da Visão:** Alcançar a excelência na prestação dos seus serviços e nas soluções de Tecnologia da Informação providas aos seus usuários.

**Missão:** Prover soluções de Tecnologia da Informação para o cumprimento da missão do Tribunal

**Conteúdo descritivo da Missão:** Prover e manter soluções de Tecnologia da Informação efetivas, para o público interno e externo, para que o TRE-PI cumpra sua missão institucional.

#### Atributos de valor para a sociedade

**Credibilidade:** refere-se ao respeito e confiança perante a sociedade

**Acessibilidade e usabilidade:** viabilização de formas efetivas de acesso à Justiça Eleitoral do Piauí.

**Transparência e controle social:** disponibilização das informações e atos institucionais com visibilidade plena, bem como das formas de participação do cidadão na fiscalização, monitoramento e controle das ações e decisões administrativas.

**Ética:** atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade.

**Celeridade:** prestação dos serviços de forma rápida e efetiva.

**Imparcialidade:** realização das atividades e tomada de decisões com observância aos princípios da imparcialidade e impessoalidade.

**Responsabilidade socioambiental:** realização de ações com observância à sustentabilidade e preservação ambiental.

**Eficiência:** serviços prestados e atividades realizadas com economicidade no uso de recursos, a fim de garantir resultados efetivos e atender ao interesse público com eficácia e elevado índice de satisfação.

**Inovação:** busca por novas formas de desempenhar suas atividades e de encontrar soluções para os desafios no cumprimento de sua função.

#### Valores do TRE-PI

**Transparência:** disponibilização das informações e atos institucionais com visibilidade plena no desempenho das atribuições.

**Comprometimento:** sentimento de responsabilidade pelo cumprimento da missão e alcance da visão do TRE, com envolvimento e participação.

**Celeridade:** desempenho dos processos de trabalho de forma rápida e efetiva.

**Integração:** atuação conjunta e integrada dos servidores e gestores, de modo a evidenciar capacidade de executar as atividades com confiança mútua e participação efetiva.

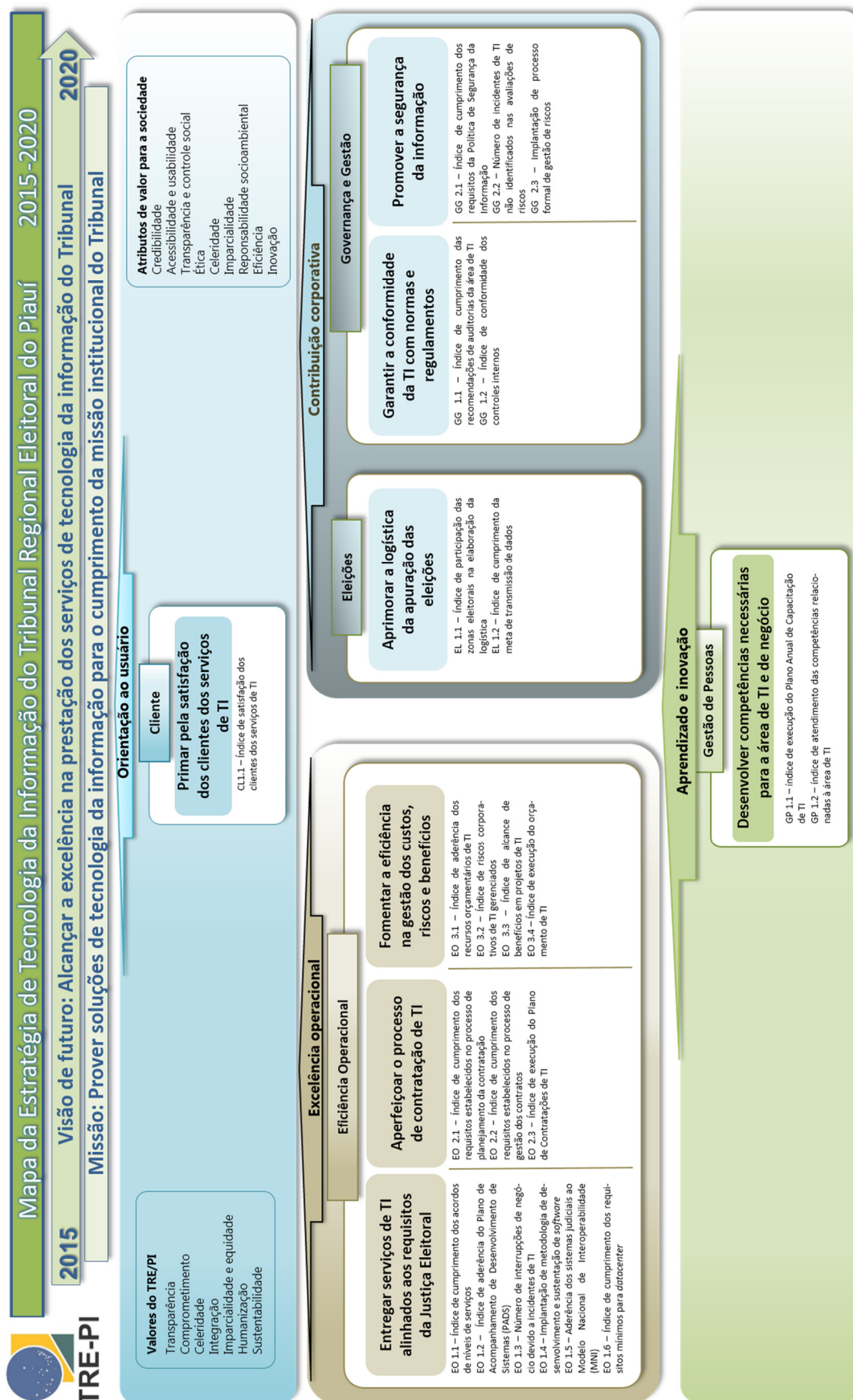
**Imparcialidade e equidade:** realização de atividades e tomada de decisões com observância aos princípios da imparcialidade, impessoalidade e senso de justiça.

**Humanização:** engloba o aspecto humano na prestação de serviços e no atendimento ao público, bem como no desenvolvimento contínuo dos servidores nas competências essenciais, instituindo mecanismos que proporcionem o reconhecimento do servidor pela contribuição prestada à melhoria no desempenho institucional.

**Sustentabilidade:** atuação institucional voltada para melhoria da qualidade do gasto público, por meio da eliminação de desperdícios, e promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Figura 3 – Identidade institucional de Tecnologia da Informação do TRE-PI

## 8.2 Mapa da Estratégia de TI do TRE/PI 2015-2020





### 8.3 Análise de cenário

Na fase da análise de cenário, foram avaliados o ambiente interno e externo do TRE-PI, a partir da perspectiva da área de Tecnologia da Informação.

No ambiente interno, foram avaliados os pontos fortes e pontos fracos que exercem influência nas atividades de tecnologia da informação do TRE-PI, sendo abordados como forças e como fraquezas, respectivamente. Nesse aspecto, foram inseridos componentes de análise referentes a pessoa, infraestrutura física e tecnológica, processos de trabalho, atividades de capacitação profissional e outros.

No ambiente externo ao TRE-PI, foram avaliadas as oportunidades e as ameaças que englobam componentes de natureza econômica, política, social e tecnológica que não estão sob o domínio da organização.

A análise de cenário foi realizada com a participação das unidades de negócio que integram o CDTI e apoiada pelos integrantes da STI. A Figura 5 – Análise do cenário de Tecnologia da Informação do TRE-PI consolida o resultado da análise realizada pelo grupo envolvido.

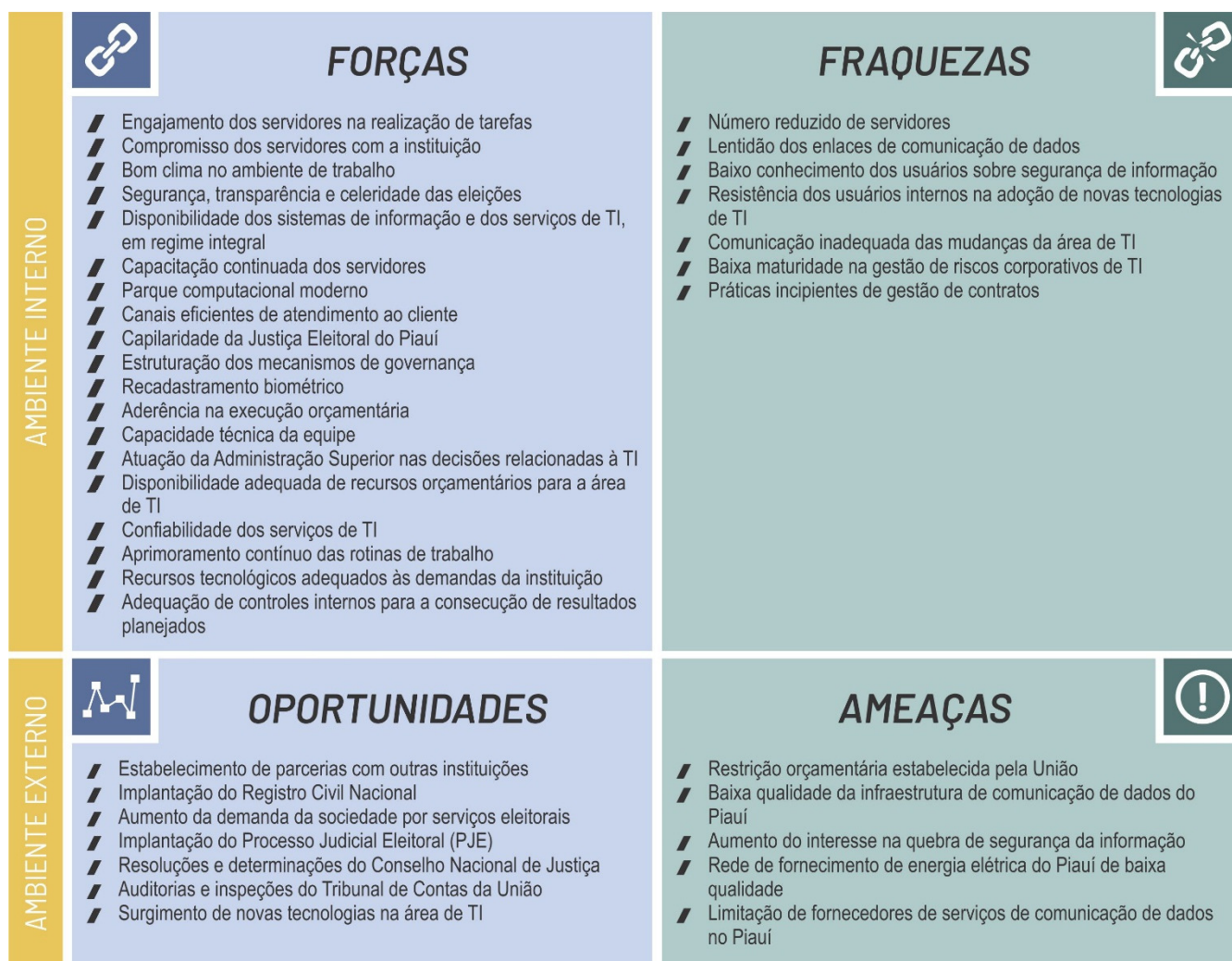


Figura 5 – Análise do cenário de Tecnologia da Informação do TRE-PI

## 8.4 Inventário de necessidades

As demandas da área de tecnologia da informação no TRE-PI foram identificadas a partir de:

- solicitações oriundas das diversas unidades demandantes;
- demandas não atendidas em exercícios anteriores;
- recomendações de órgãos de controle externo.

As demandas foram organizadas como iniciativas, com a identificação daquelas que prescindem de uma ação de capacitação ou que requerem a contratação de bens ou serviços de TI.

## 8.5 Revisão do PDTI

Este PDTI poderá ser revisado a qualquer tempo, devendo todas as alterações serem validadas pelo CDTI e, posteriormente, aprovadas e publicadas pela Presidência do TRE-PI.

Convém ressaltar que as alterações devem preservar o alinhamento ao Plano Estratégico Institucional e ao Plano Estratégico de TI, conforme recomendações contidas nos normativos que regulamentam a matéria.



O PDTI é uma ferramenta valiosa para apoio à tomada de decisão e para o aperfeiçoamento da governança de TI, pois aproxima os níveis tático e operacional. Entretanto, para que a sua efetividade seja cumprida são necessários que determinadas condições existam para a garantia da sua execução. A Tabela 8 – Fatores críticos de sucesso do PDTI - consolida os fatores identificados pelo CDTI como preponderantes para o sucesso deste Plano Diretor de TI, durante a sua concretização.

**Tabela 8 – Fatores críticos de sucesso do PDTI**

| FATOR CRÍTICO DE SUCESSO |  |
|--------------------------|--|
| 1                        | Apoio e envolvimento da Alta Administração   |
| 2                        | Participação ativa do Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação nas decisões estratégicas de tecnologia da informação.     |
| 3                        | Comprometimento das unidades de apoio com a execução do PDTI.  |
| 4                        | Atuação efetiva dos responsáveis pelo nível operacional, controlando e monitorando o desempenho das ações e projetos de TI.  |
| 5                        | Disponibilidade orçamentária suficiente para realização das iniciativas estratégicas previstas no PDTI.                      |
| 6                        | Disponibilidade de pessoal em quantitativo e perfil adequados ao cumprimento do PDTI.  |
| 7                        | Revisão periódica do Plano Diretor de TI, buscando atender às demandas das diversas unidades do Tribunal.                    |
| 8                        | Comunicação efetiva em todos os níveis e direções, a fim de garantir a publicidade da execução do PDTI.                      |
| 9                        | Agilidade na contratação de soluções de TI.  |
| 10                       | Agilidade na contratação das iniciativas de capacitação previstas no Plano Anual de Capacitação de Tecnologia da Informação. |





O conjunto de planos apresentados nos anexos deste PDTI mantém o alinhamento com as diretrizes institucionais e da área de Tecnologia da Informação, obedecendo também aos princípios e diretrizes constantes deste plano diretor.

Este documento é composto pelos anexos relacionados a seguir:

- Anexo I – Portfólio de iniciativas de TI;
- Anexo II – Planos de Desenvolvimento de Sistemas;
- Anexo II – Planos de Capacitação de TI;
- Anexo IV – Planos de Contratação de Soluções de TI;
- Anexo V – Plano de Gestão de Riscos do PDTI;
- Anexo VI – Plano Orçamentário de TI.

Os planos foram aprovados e publicados pelo Presidente do TRE-PI, por meio de portarias.

### 10.1 Portfólio de iniciativas de TI – Anexo I

O portfólio de iniciativa de TI foi concebido para o ano de 2018, podendo ser atualizado sempre que as alterações se fizerem necessárias, em decorrência de ajustes da estratégia institucional, da estratégia de Tecnologia da Informação, além de eventuais ajustes orçamentários, redefinição de prioridades da Alta Administração ou determinação legal. Os ajustes no plano diretor devem preservar o cumprimento da missão institucional e o alcance da visão de futuro.

As iniciativas correspondem aos projetos e planos de ações priorizados pelo CDTI para a realização durante a vigência deste PDTI. As iniciativas relacionadas podem ser classificadas como níveis estratégico, tático ou operacional.

A tabela onde consta a relação de iniciativas para o ano de 2018 é apresentada no Anexo I deste documento. A tabela é formada pelas iniciativas provenientes do Plano Estratégico Institucional, do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e do Plano de Trabalho da Resolução CNJ nº 211/2015.

### 10.2 Planos de Desenvolvimento de Sistemas – Anexo II

A priorização das demandas de desenvolvimento de sistemas corporativos do TRE-PI é regulamentada pela Resolução TRE-PI nº 277/2013, que instituiu o Plano Anual de Desenvolvimento de Sistemas. Atualmente, o plano teve seu nome alterado para Plano de Acompanhamento de Desenvolvimento de Sistemas, tendo sido regulamentado por meio da Resolução TRE-PI nº

320/2015, que incorporou melhorias em relação ao normativo anterior, especialmente quanto à periodicidade para solicitação e acompanhamento dos sistemas.

A Tabela onde consta a relação de sistemas a serem desenvolvidos para o exercício 2018 é apresentada no Anexo II deste documento.

O Anexo II apresenta informações detalhadas sobre os sistemas que foram priorizados para atendimento durante a vigência deste PDTI, indicando dados sobre a unidade demandante, a descrição do sistema e outras informações pertinentes, inclusive se haverá necessidade de contratação de bens ou serviços ou se será necessária a realização de ação de capacitação para atendimento da demanda.

Para efeito deste PDTI, os sistemas corporativos constantes do PADS integrarão o Anexo II deste plano, sendo sua autorização efetivada por meio da publicação de portaria específica da Presidência do Tribunal. As alterações serão validadas em reunião do CDTI e seguirá o trâmite previsto na Resolução em vigência.

### **10.3 Planos de Capacitação de TI – Anexo III**

O Plano Anual de Capacitação de TI foi instituído no âmbito da Justiça Eleitoral do Piauí com a Resolução TRE-PI nº 234/2011. A Resolução prevê a realização de iniciativas de capacitação com objetivo de desenvolver as competências técnicas e gerenciais necessárias ao melhor cumprimento das atividades da Secretaria de Tecnologia da Informação, inerentes à consecução da estratégia do Plano Estratégico Institucional e do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação.

O Plano Anual de Capacitação de TI foi criado para atender ao quadro de servidores efetivos da Secretaria de Tecnologia da Informação, não abrangendo as iniciativas de capacitação para o desenvolvimento de habilidades gerenciais e técnicas das demais unidades do Tribunal. A capacitação dos colaboradores terceirizados vinculados às empresas contratadas pelo Tribunal e que desenvolvem serviços na área de TI é de responsabilidade da empresa, quando prevista em contrato.

Os dados detalhados sobre as ações de capacitação que foram contempladas no Plano Anual de Capacitação de TI estão disponíveis no Anexo III, incluindo a justificativa, a área de conhecimento, a carga horária, o quantitativo de vagas e outros.

As ações de capacitação previstas no PDTI foram publicadas por meio de Portaria específica da Presidência do Tribunal, em atendimento ao disciplinamento contido na Resolução que regulamente a matéria.

### **10.4 Planos de Contratação de Soluções de TI – Anexo IV**

O Conselho Nacional de Justiça estabeleceu, por meio da Resolução CNJ nº 182/2013, diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação. A Resolução estabelece que o Plano de Contratações de TI relativo ao ano subsequente deve ser aprovado e publicado por meio de portaria da Presidência até o dia 30 de novembro de cada ano.

O Anexo IV apresenta os detalhes das contratações de bens e serviços de TI na forma de soluções de TI, com dados sobre o objeto da contratação, a unidade demandante, justificativa, fonte de recursos e outros.

As eventuais alterações posteriores das contratações previstas neste PDTI serão avaliadas e homologadas em reunião do Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação, para submissão à Presidência do Tribunal e publicação por meio de portaria específica, em caso de aprovação.

### 10.5 Plano de gestão de riscos do PDTI – Anexo V

Riscos são eventos ou condições incertas que, se ocorrerem, provocarão efeitos positivos ou negativos sobre pelo menos uma iniciativa prevista no PDTI. Assim, este PDTI apresenta um plano de gestão de riscos aprovado pelo CDTI que norteará as principais decisões referentes aos riscos realizados.

Para cada risco identificado foi adotada uma estratégia de tratamento e resposta ao risco. Este PDTI prevê as seguintes estratégias de respostas aos riscos identificados:

- Aceitar: não fazer nada previamente. Esses riscos ficam sob observação, sem ação pré-definida. Pode envolver criar um plano de contingência, caso o risco ocorra (aceitação ativa).
- Evitar: evitar a ameaça eliminando a sua causa (por exemplo, retirar uma tarefa do PDTI ou afastando uma pessoa da atividade). Esse é o critério a ser utilizado para risco não toleráveis pela organização.
- Mitigar: minimizar os impactos negativos e a probabilidade da incidência do risco, reduzindo sua criticidade e tornando-o um risco menor.
- Transferir: tornar outra parte responsável pelo risco, como por exemplo, contratando seguros ou terceirizando trabalhos.

Cada risco também exige uma ação de resposta para diminuir os efeitos de riscos negativos e maximizar as oportunidades dos riscos positivos. Em caso de riscos negativos as ações serão tomadas para minimizar impactos de riscos consolidados ou a sua probabilidade de ocorrência.

O Plano de Gestão de Riscos está detalhado no Anexo V, onde são apresentados os dados sobre identificação do risco, a probabilidade de sua efetivação, o seu impacto, a estratégia relacionada a ele e outros.

A avaliação dos riscos previstos neste PDTI será realizada periodicamente pela STI e a eventual necessidade de alteração será apreciada em reunião do Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação, para posterior submissão à Presidência do Tribunal e publicação por meio de portaria específica, em caso de aprovação.

### 10.6 Plano Orçamentário de TI – Anexo VI

Neste anexo é apresentado o plano orçamentário de TI, onde constam as fontes de recursos orçamentários programados nos itens de despesa destinados à área de TI. Essa proposta é a base para a realização das despesas previstas neste PDTI.



# CONCLUSÃO

As iniciativas para o cumprimento da estratégia do Tribunal na área de Tecnologia da Informação estão sendo apresentadas neste Plano Diretor de Tecnologia da Informação, instrumento que norteia especialmente a atuação da Secretaria de Tecnologia da Informação. O PDTI possibilita a alocação de investimentos e a definição de diretrizes para o período de 2019 e 2020.

A efetiva carência de pessoal para o atendimento da multiplicidade de boas práticas na área de TI, diante da complexidade das demandas apresentadas à área de tecnologia da informação, transforma a governança e a gestão de TI cada vez mais desafiadoras e indispensáveis.

A tecnologia da informação se apresenta como um valioso recurso estratégico para o atendimento dos objetivos institucionais. Assim, torna-se necessário um monitoramento contínuo da execução deste PDTI, objetivando o cumprimento da missão institucional e da área de TI.

As diretrizes estabelecidas neste PDTI aplicam-se a todas as unidades da Secretaria de Tecnologia da Informação, devendo ser observadas pelos seus integrantes na realização de suas atividades ao longo dos exercícios 2019 e 2020.





***ANEXOS***









TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
ANEXO I – PORTFÓLIO DE INICIATIVAS DE TI – PDTI 2019

| ITEM | NOME DA INICIATIVA   | ORIGEM                       | DESCRIÇÃO/JUSTIFICATIVA  | RESPONSÁVEL              | ALINHAMENTO | OBJETIVO ESTRATÉGICO<br>(PEI 2015-2020)<br>(PETI 2015-2020)                 | CAPACITAÇÃO ANO | CONTRATAÇÃO<br>ANO |
|------|--|------------------------------|--|--------------------------|-------------|---|-----------------|--------------------|
| 1    | PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS DE TI                  | PETI 2015-2020               | AFERIR A SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS DE TI, VISANDO A MELHORIA CONTÍNUA DA PRESTAÇÃO DESSOS SERVIÇOS   | GABSTI                   | PETI        | CL1 – PRIMAR PELA SATISFAÇÃO DOS CLIENTES DOS SERVIÇOS DE TI                | -               | -                  |
| 2    | REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES COMUNITÁRIAS NO PIAUÍ                           | DEMANDA INTERNA              | PRESTAR SERVIÇO DE ELEIÇÃO INFORMATIZADAS A ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS OU SEM FINS LUCRATIVOS  | COLEI                    | PEI         | CD1 – FORTALECER A CIDADANIA  | -               | -                  |
| 3    | MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO DE DADOS                     | PETI 2015-2020               | ACOMPANHAR O DESEMPENHO DA INFRAESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO DE DADOS, VISANDO A MELHORIA DESSA INFRAESTRUTURA QUANDO NECESSÁRIO                           | CODIN                    | PETI        | EO1 – ENTREGAR SERVIÇOS DE TI ALINHADOS AOS REQUISITOS DA JUSTIÇA ELEITORAL | -               | -                  |
| 4    | ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO E PROJETOS DA STI PARA AS ELEIÇÕES 2020  | PEI 2015-2020                | ELABORAR OS PLANOS DE AÇÃO E PROJETOS DA STI REFERENTES AO PROGRAMA ELEIÇÕES 2020  | TODAS AS UNIDADES DA STI | PEI         | CD1 – FORTALECER A CIDADANIA  | -               | -                  |
| 5    | IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NO ÂMBITO DO PRIMEIRO GRAU | RESOLUÇÃO TSE Nº 23.393/2013 | IMPLANTAR O PJE PARA GARANTIR A TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS NAS ZONAS ELEITORAIS  | CRE                      | PETI        | EO1 – ENTREGAR SERVIÇOS DE TI ALINHADOS AOS REQUISITOS DA JUSTIÇA ELEITORAL | -               | -                  |
| 6    | IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DE TI                   | PETI 2015-2020               | IMPLANTAR PROCESSO QUE ACOMPANHARÁ TODO O CICLO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DE TI NO ÂMBITO DO TRE-PI   | GABSTI                   | PETI        | EO3 – FOMENTAR A EFICIÊNCIA NA GESTÃO DOS RISCOS E BENEFÍCIOS               | -               | -                  |
| 7    | IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS DE TI                     | PETI 2015-2020               | IMPLANTAR O PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS DE TI, BEM COMO A DEFINIÇÃO DE UM LEVANTAMENTO DOS RISCOS CORPORATIVOS DE TI A SEREM GERENCIADOS | GABSTI                   | PETI        | EO3 – FOMENTAR A EFICIÊNCIA NA GESTÃO DOS RISCOS E BENEFÍCIOS               | -               | -                  |
| 8    | IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DE CONTRATOS DE TI                   | PETI 2015-2020               | IMPLANTAR PROCESSO DE GESTÃO DE CONTRATOS DE TI COM BASE NAS BOAS PRÁTICAS RECOMENDADAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO            | GABSTI                   | PETI        | EO2 – APERFEIÇOAR O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DE TI                           | -               | -                  |
| 9    | DESENVOLVIMENTO DE PLANO DE AUDITORIA INTERNA PARA A ÁREA DE TI        | PETI 2015-2020               | ELABORAR PLANO DE AUDITORIA INTERNA, VISANDO A MELHORIA CONTÍNUA DOS PROCESSOS DE GESTÃO DA STI  | COCIN                    | PETI        | GG1 – GARANTIR A CONFORMIDADE DA TI COM NORMAS E REGULAMENTOS               | -               | -                  |
| 10   | REGULAMENTAÇÃO DAS NORMAS INTERNAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO          | PETI 2015-2020               | REGULAMENTAR AS NORMAS INTERNAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, CONFORME DISPOSTO NO ART. 6º DA RES. TRE Nº 315/2015                                       | CODIN                    | PETI        | GG2 – PROMOVER A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO                                    | -               | -                  |
| 11   | ESTABELECE O PLANO DE CONTINUIDADE DE SERVIÇOS ESSENCIAIS DE TI        | RESOLUÇÃO CNU Nº 211/2015    | ATENDER O DISPOSTO NO ART. 10º § 2º DA RESOLUÇÃO CNU Nº 211/2015.  | CODIN                    | PETI        | GG1 – GARANTIR A CONFORMIDADE COM NORMAS E REGULAMENTOS                     | -               | -                  |
| 12   | DEFINIR PROCESSO DE GESTÃO DE ATIVOS DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA     | RESOLUÇÃO CNU Nº 211/2015    | ATENDER O DISPOSTO NO ART. 10º § 3º DA RESOLUÇÃO CNU Nº 211/2015.  | COSUT                    | PETI        | GG1 – GARANTIR A CONFORMIDADE COM NORMAS E REGULAMENTOS                     | -               | -                  |
| 13   | DEFINIR POLÍTICA DE MANUTENÇÃO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS               | RESOLUÇÃO CNU Nº 211/2015    | ATENDER O DISPOSTO NO ART. 10º § 4º DA RESOLUÇÃO CNU Nº 211/2015.  | TODAS AS UNIDADES DA STI | PETI        | GG1 – GARANTIR A CONFORMIDADE COM NORMAS E REGULAMENTOS                     | -               | -                  |

| ITEM | NOME DA INICIATIVA   | ORIGEM                    | DESCRIÇÃO/JUSTIFICATIVA   | RESPONSÁVEL | ALINHAMENTO | OBJETIVO ESTRATÉGICO<br>(PEI 2015-2020)<br>(PETI 2015-2020) | CAPACITAÇÃO ANO | CONTRATAÇÃO<br>ANO |
|------|--|---------------------------|---|-------------|-------------|---|-----------------|--------------------|
| 14   | GARANTIR QUE OS NOVOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE PROCEDIMENTOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS ATENDAM OS REQUISITOS DA ENITIC-JUD  | RESOLUÇÃO CNU Nº 211/2015 | ATENDER O DISPOSTO NO ART. 20 DA RESOLUÇÃO CNU Nº 211/2015.   | CODIN       | PETI        | GG1 – GARANTIR A CONFORMIDADE COM NORMAS E REGULAMENTOS     | -               | -                  |
| 15   | IMPLANTAÇÃO DE FERRAMENTA DE BUSINESS INTELLIGENCE NO ÂMBITO DO TRE-PI   | RESOLUÇÃO CNU Nº 211/2015 | ATENDER O DISPOSTO NO ART. 21 DA RESOLUÇÃO CNU Nº 211/2015.   | CODIN       | PETI        | GG1 – GARANTIR A CONFORMIDADE COM NORMAS E REGULAMENTOS     | -               | -                  |
| 16   | GARANTIR A INTEGRAÇÃO ENTRE SISTEMAS DO PRIMEIRO E SEGUNDO GRAU E DE INSTÂNCIAS SUPERIORES, BEM COMO DE OUTROS ENTES PÚBLICOS ATUANTES NOS PROCESSOS JUDICIAIS   | RESOLUÇÃO CNU Nº 211/2015 | ATENDER O DISPOSTO NO ART. 22 DA RESOLUÇÃO CNU Nº 211/2015.   | CODIN       | PETI        | GG1 – GARANTIR A CONFORMIDADE COM NORMAS E REGULAMENTOS     | -               | -                  |
| 17   | DISPONIBILIZAR NA INTERNET AS INFORMAÇÕES SOBRE PROCESSOS, SEUS ANDAMENTOS E O INTEIRO TEOR DOS ATOS JUDICIAIS NELES PRATICADOS; RESSALVADAS AS EXCEÇÕES LEGAIS OU REGULAMENTARES, CONFORME DISPOSTO NAS RESOLUÇÕES DO CNU | RESOLUÇÃO CNU Nº 211/2015 | ATENDER O DISPOSTO NO ART. 23 DA RESOLUÇÃO CNU Nº 211/2015.   | CODIN       | PETI        | GG1 – GARANTIR A CONFORMIDADE COM NORMAS E REGULAMENTOS     | -               | -                  |
| 18   | IMPLANTAÇÃO DE PROJETO PARA ADEQUAÇÃO AOS REQUISITOS DA RESOLUÇÃO CNU Nº 215/2015  | RESOLUÇÃO CNU Nº 215/2015 | CUMPRIR OS REQUISITOS RELACIONADOS À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO CONSTANTES DA RESOLUÇÃO CNU Nº 215/2015 | CODIN       | PETI        | GG1 – GARANTIR A CONFORMIDADE COM NORMAS E REGULAMENTOS     | -               | -                  |

23/08/2019

SEI/TRE-PI - 0805102 - Minuta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
Praça Desembargador Edgard Nogueira, S/Nº - Centro Cívico - Bairro Cabral - CEP 64000920 - Teresina - PI

**MINUTA****PORTARIA Nº XXXX/2019**

*Define as prioridades dos sistemas que passam  
a compor o Plano de Acompanhamento de  
Desenvolvimento de Sistemas para o exercício de 2019.*

**O DESEMBARGADOR FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, e**

**Considerando** o disposto no artigo 10 da Resolução TRE-PI nº 320, de 10 de novembro de 2015,

**Considerando** as deliberações realizadas pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação - CDTI, em reunião ocorrida no dia 31 de maio de 2019,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Definir as prioridades dos sistemas que passam a compor o Plano de Acompanhamento de Desenvolvimento de Sistemas para o exercício de 2019, conforme disposto abaixo, nessa ordem:

| Prioridade | Projeto             | Nome do Sistema                          | Área de Negócio                            | Desenvolvedor | Patrocinador | Impacto   | Programa   | Instância |
|------------|---------------------|--|--|---------------|--------------|---|------------|-----------|
| 1          | Frequência Nacional | Frequência Nacional                      | SGP/COPES/SEREF                            | TSE           | Presidência  | - Servidores<br>- Gestão do Ponto<br>- Folha de pagamento<br>- Gestão SGP<br>- Gestão TRE | FREQUÊNCIA | 1G/2G     |
| 2          | Frequência Web      | Frequência Web                           | SGP/COPES/SEREF                            | TRE-MG        | Presidência  | - Servidores<br>- Gestão do Ponto<br>- Gestão SGP<br>- Gestão TRE                         | FREQUÊNCIA | 1G/2G     |
| 3          | Espaço do Servidor  | Espaço do Servidor                       | SGP/COPES/SEREF                            | TSE           | Presidência  | - Servidores<br>- Gestão do Ponto<br>- Gestão SGP<br>- Gestão TRE                         | FREQUÊNCIA | 1G/2G     |
| 4          | SAHEX               | Sistema de Administração de Horas Extras | SGP/COPES/SEREF<br>SAOF<br>DIRETORIA GERAL | TSE           | Presidência  | - Servidores<br>- Gestão do Ponto<br>- Folha de pagamento<br>- Gestão SGP<br>- Gestão TRE | FREQUÊNCIA | 1G/2G     |
| 5          | SIGHE               | Sistema de Gestão de Horas Extras        | SGP/COPES/SEREF<br>SAOF<br>DIRETORIA GERAL | TRE-MG        | Presidência  | - Servidores<br>- Gestão do Ponto<br>- Folha de pagamento<br>- Gestão SGP<br>- Gestão TRE | FREQUÊNCIA | 1G/2G     |
| 6          | RECALCULO           | Recálculo do Banco de                    | SGP/COPES/SEREF                            | SEDESC        | Presidência  | - Servidores  | FREQUÊNCIA | 1G/2G     |

[https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=903838&infra\\_siste...](https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=903838&infra_siste...) 1/2

23/08/2019

SEI/TRE-PI - 0805102 - Minuta

|    |                | Horas                                   |                     |               |             | - Gestão do Ponto<br>- Gestão SGP<br>- Gestão TRE                   |            |       |
|----|----------------|---|---------------------|---------------|-------------|---|------------|-------|
| 7  | RELATÓRIOS SGP | Relatórios SGP                          | SGP DIRETORIA GERAL | TRE-MA SEDESC | SGP DG      | - Gestão SGP<br>- Gestão TRE  | GESTÃO     | 2G    |
| 8  | SISUB          | Sistema de Substituições                | SEREF               | SEDESC        | SGP         | - Servidores<br>- Gestão SGP<br>- Gestão TRE                        | FREQUÊNCIA | 1G/2G |
| 9  | JURIS          | Sistema de Cadastro de Magistrados      | COPES/SEREF         | TRE-CE        | SGP         | - Magistrados<br>1G<br>- Gestão TRE                                 | E-SOCIAL   | 1G    |
| 10 | NOVO DIÁRIAS   | Sistema de Diárias                      | SGP SAOF            | TRE-CE        | DG          | - Servidores<br>- Presidência<br>- DG<br>- SGP/COPES<br>- SAOF/COOF | GESTÃO     | 1G/2G |
| 11 | SGIE           | Sistema de Gestão Integrada de Eleições | ZONAS ELEITORAIS DG | TRE-TO        | Presidência | - Cartórios eleitorais  | GESTÃO     | 1G    |
| 12 | FROTA          | Sistema de Gestão de Frota de Veículos  | SAOF/COAAD/SEAPT    | SEDESC        | SAOF        | - Cartórios eleitorais<br>- COAAD/SEAPT<br>- Gestão SAOF            | GESTÃO     | 1G/2G |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Teresina, 25 de julho de 2019.

**FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO**

Presidente do TRE/PI



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Gomes Evaristo**, Secretário de Tecnologia da Informação, em 25/07/2019, às 11:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0805102** e o código CRC **B584404A**.

0006282-76.2018.6.18.8000

0805102v7



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Portaria Presidência Nº 624/2019 TRE/PRESI/DG/ASSDG, de 29 de julho de 2019

Dispõe sobre áreas de conhecimento e ações de capacitação para a execução do Plano Anual de Capacitação de Tecnologia da Informação para o exercício 2019 no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

O Desembargador Francisco Antônio Paes Landim Filho, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e

Considerando o disposto no artigo 3º da Resolução TRE nº 234, de 13 de dezembro de 2011, que determina "As áreas de conhecimento abrangidas serão definidas por Portaria da Presidência do Tribunal, mediante proposta da Secretaria de Tecnologia da Informação", e

Considerando o disposto no artigo 8º do referido ato normativo, que dispõe sobre a dotação orçamentária destinada a ações de capacitação previstas para o exercício de 2019,

Resolve:

Art. 1º Definir as áreas de conhecimento dos cursos que serão realizados em 2019, na Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-PI, nos seguintes termos:

I - Desenvolvimento de Competências Específicas nas áreas de:

- a) Desenvolvimento;
- b) Infraestrutura; e
- c) Segurança da Informação.

II - Desenvolvimento de Competências Gerenciais nas áreas de:

- a) Gerenciamento de Serviços; e
- b) Governança de TI.

Parágrafo único. Outras áreas de interesse que apareçam, em função do avanço tecnológico ou de desenvolvimento de novas metodologias de trabalho, serão incorporadas às áreas de conhecimento previstas neste artigo.

Art. 2º No Anexo Único desta Portaria, constam os cursos que serão realizados em 2019, com a finalidade de atender às necessidades da Secretaria de Tecnologia da Informação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.**

Teresina (PI), 12 de agosto de 2019.

Publicado no DJE nº 157  
de 22/08/19. Pág. 213

**Des. FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO**

Presidente do TRE/PI

**Anexo Único**

| CURSO  | Modalidade | Vagas |
|--|------------|-------|
| Curso de ITIL Expert - Operational Support and Analysis Capability (OSA) | EAD        | 4     |
| Curso de ITIL Expert - Planning, Protection and Optimization (PPO)       | EAD        | 4     |
| Curso de ITIL Expert - Release, Control and Validation Capability (RCV)  | EAD        | 4     |
| Curso de ITIL Expert - Service Offerings and Agreements (SOA)            | EAD        | 4     |
| Curso de ISO/IEC 20000 Foundation  | EAD        | 4     |
| Red Hat JBoss Application Administration I                               | Presencial | 2     |
| Network Security Basic Administration - Firewall Dell SonicWall          | Presencial | 2     |
| Governança de Tecnologia da Informação                                   | Presencial | 8     |

SEI/TRE-PI - 0806116 - Portaria Presidência

[https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_impri](https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_impri)

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Antônio Paes Landim Filho**, Presidente, em 13/08/2019, às 14:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0806116** e o código CRC **F666E7E6**.

0014664-58.2018.6.18.8000

0806116v5

Publicado no DJE nº 157  
de 22/08/19. Pág. 2/3

23/08/2019

SEI/TRE-PI - 0805254 - Minuta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
Praça Desembargador Edgard Nogueira, S/Nº - Centro Cívico - Bairro Cabral - CEP 64000920 - Teresina - PI

**Minuta de portaria**

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
PORTARIA Nº XXX, DE XX DE XX DE 2019

*Dispõe sobre o Plano de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí para o exercício 2019.*

**O DESEMBARGADOR FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**, no uso de suas atribuições legais e,

**Considerando** o Art. 7º da Resolução nº 182, de 17 de outubro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, que determina que as contratações necessárias ao alcance dos objetivos estabelecidos nos planejamentos do órgão devem constar no Plano de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação.

**Considerando** as deliberações realizadas pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação - CDTI, em reunião ocorrida no dia 31 de maio de 2019,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Determinar que as contratações de soluções de tecnologia da informação, propostas para o exercício de 2019, sejam realizadas conforme o Plano de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação, constante do anexo único desta Portaria.

**Art. 2º** Para efeito desta Portaria, considera-se Solução de Tecnologia da Informação um conjunto de bens e serviços necessários para adquirir, processar, armazenar e disseminar informações, por meio de recursos computacionais, que se integram de modo a atender à demanda da Justiça Eleitoral.

**Art. 3º.** O acompanhamento e o controle da execução do Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação ficarão sob a responsabilidade da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Secretaria de Administração Orçamento e Finanças do Tribunal.

**Art. 4º.** As necessidades de alteração do Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação deverão ser apreciadas pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação e aprovadas pelo Presidente

**Art. 5º.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO ÚNICO**

| ITEM            | OBJETO                           | QUANTIDADE | VALOR          | TOTAL            |
|-----------------|----------------------------------|------------|----------------|------------------|
| 1               | RFID                             | 1          | R\$ 400.000,00 | R\$ 400.000,00   |
| 2               | LICENÇAS OFFICE                  | 50         | R\$ 205,00     | R\$ 10.250,00    |
| 3               | GAVETAS DE EXPANSÃO PARA STORAGE | 1          | R\$ 600.000,00 | R\$ 600.000,00   |
| 4               | CÂMERA DE CONTROLE AMBIENTAL     | 1          | R\$ 40.000,00  | R\$ 40.000,00    |
| 5               | SWITCHES E RACKS                 | 25         | R\$ 350.000,00 | R\$ 350.000,00   |
| 6               | FERRAMENTA WEBDESIGN             | 1          | R\$ 1.200,00   | R\$ 12.000,00    |
| 7               | SCANNERS                         | 50         | R\$ 2.357,00   | R\$ 117.850,00   |
| 8               | LICENÇAS FIREWALL                | 1          | R\$ 650.000,00 | R\$ 650.000,00   |
| VALOR TOTAL R\$ |                                  |            |                | R\$ 2.180.100,00 |

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Teresina, 25 de julho de 2019.

**FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO**

Presidente do TRE/PI

23/08/2019

SEI/TRE-PI - 0805254 - Minuta



Documento assinado eletronicamente por **Martony Demes da Silva, Técnico Judiciário**, em 25/07/2019, às 13:56, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0805254** e o código CRC **1125E6EC**.

0016007-89.2018.6.18.8000

0805254v12





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ  
ANEXO V – PLANO DE GESTÃO DE RISCOS – PDTI 2019

| ITEM | IDENTIFICAÇÃO DO RISCO   | PROBABILIDADE | IMPACTO | ESTRATÉGIA | RESPOSTA AO RISCO   | RESPONSÁVEL |
|------|--|---------------|---------|------------|---|-------------|
| 1    | FALTA DE APOIO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO   | BAIXA         | ALTO    | MITIGAR    | SUBMETTER ÀS INICIATIVAS COM IMPACTO DIRETO NESTE PDTI PARA AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO.  | STI         |
| 2    | FALTA DE PARTICIPAÇÃO ATIVA DO CDTI EM TODAS AS DECISÕES REFERENTES AO PDTI  | BAIXA         | ALTO    | MITIGAR    | APRESENTAR AS PROPOSTAS DE INICIATIVAS PARA AVALIAÇÃO DO CDTI, CONFORME O DISPOSTO NA RESOLUÇÃO TRE 224/2011.   | STI         |
| 3    | FALTA DE COMPROMETIMENTO DAS UNIDADES DE APOIO COM A EXECUÇÃO DO PDTI  | BAIXA         | MÉDIO   | MITIGAR    | COMUNICAR AS INICIATIVAS DO PDTI ÀS UNIDADES ENVOLVIDAS E CONSEGUIR O COMPROMETIMENTO DESTAS PARA A EXECUÇÃO DO PDTI.   | CDTI        |
| 4    | FALTA DE CONTROLE E MONITORAMENTO NO NÍVEL OPERACIONAL PARA GARANTIR O DESEMPENHO NECESSÁRIO NAS INICIATIVAS DO PDTI | MÉDIA         | MÉDIO   | MITIGAR    | DEFINIR UM CONJUNTO DE INDICADORES DE DESEMPENHO PARA QUE O NÍVEL OPERACIONAL ACOMPANHE O DESEMPENHO DAS INICIATIVAS PREVISTAS NESTE PDTI.                          | STI         |
| 5    | FALTA DE ORÇAMENTO PARA EXECUÇÃO DAS INICIATIVAS PREVISTAS NO PDTI   | MÉDIA         | MÉDIO   | MITIGAR    | REDEFINIR AS PRIORIDADES DE MODO A ANTECIPAR AS INICIATIVAS QUE NÃO DEPENDAM DE ORÇAMENTO.  | CDTI        |
| 6    | FALTA DE ORÇAMENTO PARA EXECUÇÃO DAS INICIATIVAS PREVISTAS NO PDTI   | MÉDIA         | MÉDIO   | MITIGAR    | REDEFINIR O ESCOPO DAS INICIATIVAS DE MODO A VIABILIZAR O ORÇAMENTO DISPONIBILIZADO PARA O CUMPRIMENTO DA INICIATIVA.   | STI         |
| 7    | FALTA DE PESSOAL EM QUANTITATIVO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO DAS INICIATIVAS DO PDTI                                   | MÉDIA         | MÉDIO   | MITIGAR    | REDEFINIR AS PRIORIDADES DE MODO A ADEQUAR A DISPONIBILIDADE DE PESSOAL À EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PREVISTAS.  | STI         |
| 8    | FALTA DE PESSOAL COM O PERFIL ADEQUADO AO CUMPRIMENTO DAS INICIATIVAS DO PDTI  | BAIXA         | MÉDIO   | MITIGAR    | AJUSTAR O PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO DE TI DE MODO A GARANTIR QUE O PERFIL DA EQUIPE ATENDA ÀS NECESSIDADES DESTA PDTI.   | CDTI        |
| 9    | FALTA DE REVISÃO PERIÓDICA DO PDTI   | BAIXA         | MÉDIO   | MITIGAR    | REALIZAR REUNIÕES PERIÓDICAS DO CDTI PARA AVALIAR O DESEMPENHO DO PDTI E AS ATUALIZAÇÕES NECESSÁRIAS AO CUMPRIMENTO DAS DEMANDAS DAS UNIDADES.                      | CDTI        |
| 10   | FALTA DE PUBLICIDADE DO PDTI   | BAIXA         | MÉDIO   | MITIGAR    | DAR PUBLICIDADE DO PDTI A TODAS AS INSTÂNCIAS ESTRATÉGICAS, TÁTICAS E OPERACIONAIS DO TRE-PI QUE ESTÃO ENVOLVIDAS DIRETAMENTE COM A ÁREA DE TI.                     | CDTI        |
| 11   | NÃO CUMPRIMENTO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES PREVISTO NO PDTI  | BAIXA         | MÉDIO   | MITIGAR    | REALIZAR REUNIÕES PERIÓDICAS DE ACOMPANHAMENTO PELO CDTI DA EXECUÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES DE TI.  | CDTI        |
| 12   | NÃO CUMPRIMENTO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES PREVISTO NO PDTI  | BAIXA         | MÉDIO   | MITIGAR    | ACOMPANHAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE TI, DE MODO A GARANTIR QUE OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DE TI SEJAM DEVIDAMENTE EMPREGADOS NAS INICIATIVAS PREVISTAS NESTE PDTI. | STI         |
| 13   | NÃO CUMPRIMENTO DO PAC DE TI   | BAIXA         | BAIXO   | MITIGAR    | ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DO PAC DE TI, DE MODO A GARANTIR QUE AS CONTRATAÇÕES DOS CURSOS DE TI SEJAM DEVIDAMENTE REALIZADAS.   | STI         |
| 14   | NÃO CUMPRIMENTO DO PAC DE TI   | BAIXA         | BAIXO   | MITIGAR    | REALIZAR REVISÃO PERIÓDICA DO PAC DE TI, VISANDO REALIZAR OS AJUSTES NECESSÁRIOS AO SEU CUMPRIMENTO.  | STI         |
| 15   | POUCO CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA DA ÁREA DE CONTRATAÇÃO SOBRE A LEGISLAÇÃO VIGENTE PARA CONTRATAÇÃO DE TI            | MÉDIA         | MÉDIO   | MITIGAR    | REALIZAR REUNIÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO COM AS ÁREAS ENVOLVIDAS.   | STI         |
| 16   | LICITAÇÃO DESERTA  | BAIXA         | ALTO    | ACEITAR    | RENEGOCIAR PRAZOS DE CONTRATAÇÃO E REVISAR EDITAIS.   | SAOF        |
| 17   | IMPUGNAÇÕES NAS LICITAÇÕES PODEM ATRASAR AS CONTRATAÇÕES   | BAIXA         | ALTO    | ACEITAR    | RENEGOCIAR PRAZOS DE CONTRATAÇÃO E REVISAR EDITAIS.   | SAOF        |
| 18   | FALTA DE CAPACITAÇÃO DA EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO PARA O CUMPRIMENTO DO PACS   | BAIXA         | MÉDIO   | MITIGAR    | REALIZAR A CAPACITAÇÃO NECESSÁRIA.  | STI         |
| 19   | POUCO CONHECIMENTO DA EQUIPE PARA O DESENVOLVIMENTO DAS NORMAS COMPLEMENTARES DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO | BAIXA         | BAIXO   | MITIGAR    | REALIZAR INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES COM OUTROS TRIBUNAIS DA JUSTIÇA ELEITORAL.  | STI         |
| 20   | NÃO CUMPRIMENTO DAS POLÍTICAS E PROCESSOS DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTABELECIDOS PELO CDTI PELOS SERVIDORES            | BAIXA         | MÉDIO   | MITIGAR    | REALIZAR REUNIÕES DE CONSCIENTIZAÇÃO COM AS UNIDADES DE MODO A ESCLARECER AS DÚVIDAS E DAR PRAZO PARA O CUMPRIMENTO.  | CDTI        |
| 21   | DETECÇÃO DE INCONFORMIDADES NA ADOÇÃO DAS POLÍTICAS E PROCESSOS DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTABELECIDOS PELO CDTI       | MÉDIA         | MÉDIO   | MITIGAR    | AGENDAR AUDITORIA INTERNA PARA IDENTIFICAÇÃO DAS NÃO CONFORMIDADES E REALIZAR OS AJUSTES NECESSÁRIOS.   | CDTI        |

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA/2019 - GESTÃO  
FASE EXTRATETO

| CATEGORIA        | UA    | PLANO INTERNO | SUBELEMENTO DE DESPESA   | ITEM DE DESPESA   | QDDE | VR. UNITÁRIO | TOTAL        |
|------------------|-------|---------------|--|---|------|--------------|--------------|
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AOSI APOIO    | 3390.35.04 - CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO                 | SERVIÇO DE CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO                  | 0    | 400,00       | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | COAAD | AOSI APOIO    | 3390.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL             | AUXILIAR DE INFORMÁTICA   | 1    | 330.000,00   | 330.000,00   |
| MANUTENÇÃO GERAL | COAAD | AOSI APOIO    | 3390.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL             | DESIGNER GRÁFICO  | 0    | 30.000,00    | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | COAAD | AOSI APOIO    | 3390.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL             | GERENTE DE BANCO DE DADOS   | 1    | 207.500,00   | 207.500,00   |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AOSI APOIO    | 3390.40.21 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE TI                   | FUSÃO DE FIBRA ÓPTICA   | 0    | -            | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AOSI APOIO    | 3390.40.21 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE TI                   | INSTALAÇÃO DE FIBRA ÓPTICA  | 0    | -            | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AOSI APOIO    | 3390.40.21 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE TI                   | INSTALAÇÃO DE SOFTWARES   | 0    | -            | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AOSI APOIO    | 3390.40.21 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE TI                   | INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE SOLUÇÃO RHID                           | 6    | 8.000,00     | 48.000,00    |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AOSI APOIO    | 3390.40.21 - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE TI                   | SOLUÇÃO DE SOFTWARE DE BACKUP E RECUPERAÇÃO DE DESASTRES            | 0    | -            | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | COAAD | AOSI APOIO    | 3390.40.11 - SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TI                         | SUPORTE DE INFRAESTRUTURA   | 1    | 1.227.957,00 | 1.227.957,00 |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AOSI APOIO    | 3390.40.20 - TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO EM TIC                          | TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO EM TIC                                      | 1    | 18.000,00    | 18.000,00    |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AREA AQSIOF   | 4490.39.93 - AQUISIÇÃO DE SOFTWARE                                   | LICENÇA DE SOFTWARE   | 0    | 32.235,30    | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AOSI TELEPR   | 3390.39.58 - SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES                            | SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS                                     | 0    | -            | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | COAAD | AOSI TELEPR   | 3390.40.13 - COMUNICAÇÃO DE DADOS                                    | ACESSO À INTERNET   | 4    | 63.050,00    | 252.200,00   |
| MANUTENÇÃO GERAL | COAAD | AOSI TELEPR   | 3390.40.13 - COMUNICAÇÃO DE DADOS                                    | SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS                                    | 6    | 437.335,00   | 2.624.010,00 |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AREA INFORM   | 4490.52.35 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS                  | COLETOR COM SOFTWARE PARA RHID                                      | 0    | 37.566,67    | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AREA INFORM   | 4490.52.35 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS                  | FIREWALL DEDICADO   | 0    | 7.000,00     | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AREA INFORM   | 4490.52.35 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS                  | HUB   | 0    | -            | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AREA INFORM   | 4490.52.35 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS                  | IMPRESSORA  | 0    | 1.200,00     | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AREA INFORM   | 4490.52.35 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS                  | MICROCOMPUTADOR   | 0    | 4.500,00     | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AREA INFORM   | 4490.52.35 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS                  | MONITOR DE VIDEO  | 0    | 700,00       | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AREA INFORM   | 4490.52.35 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS                  | NOTEBOOK  | 0    | -            | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AREA INFORM   | 4490.52.35 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS                  | PLACA DE REDE PARA FIBRA ÓPTICA                                     | 0    | -            | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AREA INFORM   | 4490.52.35 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS                  | SCANNER   | 0    | 4.000,00     | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AREA INFORM   | 4490.52.35 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS                  | SWITCH  | 0    | -            | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AREA INFORM   | 4490.52.35 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS                  | TRANSCIVER  | 0    | -            | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | COAAD | AOSI MANSOF   | 3390.40.07 - MANUTENÇÃO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACÃO SOFTWARES | MANUTENÇÃO DE SOFTWARE  | 1    | 6.000,00     | 6.000,00     |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AOSI MANSOF   | 3390.40.07 - MANUTENÇÃO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACÃO SOFTWARES | MANUTENÇÃO DE SOFTWARE  | 1    | 30.000,00    | 30.000,00    |
| MANUTENÇÃO GERAL | COAAD | AOSI MANDAD   | 3390.37.01 - APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL             | MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA                           | 1    | 67.800,00    | 67.800,00    |
| MANUTENÇÃO GERAL | COAAD | AOSI MANDAD   | 3390.40.12 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC         | MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS - DIVERSOS                               | 1    | 16.700,00    | 16.700,00    |
| MANUTENÇÃO GERAL | SEALP | AOSI MATDAD   | 3390.30.17 - MATERIAL DE CONSUMO                                     | CARTUCHO DE TINTA PARA IMPRESSORA                                   | 11   | 1,10         | 12,10        |
| MANUTENÇÃO GERAL | SEALP | AOSI MATDAD   | 3390.30.17 - MATERIAL DE CONSUMO                                     | CD GRAVAVEL   | 78   | 2,40         | 187,20       |
| MANUTENÇÃO GERAL | SEALP | AOSI MATDAD   | 3390.30.17 - MATERIAL DE CONSUMO                                     | CD REGRAVAVEL   | 43   | 2,40         | 103,20       |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AOSI MATDAD   | 3390.30.17 - MATERIAL DE CONSUMO                                     | CORÇÃO ÓPTICO   | 0    | -            | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AOSI MATDAD   | 3390.30.17 - MATERIAL DE CONSUMO                                     | ETIQUETAS (TAGS) PARA LEITURA DE IDENTIFICAÇÃO POR RÁDIO FREQUÊNCIA | 1001 | 8,05         | 8.058,05     |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AOSI MATDAD   | 3390.30.17 - MATERIAL DE CONSUMO                                     | FIBRA ÓPTICA  | 0    | -            | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | SEALP | AOSI MATDAD   | 3390.30.17 - MATERIAL DE CONSUMO                                     | FITA GRAVAÇÃO DE DADOS  | 60   | 132,00       | 7.920,00     |
| MANUTENÇÃO GERAL | SEALP | AOSI MATDAD   | 3390.30.17 - MATERIAL DE CONSUMO                                     | FITA PARA IMPRESSORA  | 300  | 9,00         | 2.700,00     |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AOSI MATDAD   | 3390.30.17 - MATERIAL DE CONSUMO                                     | HD EXTERNO  | 0    | -            | -            |
| MANUTENÇÃO GERAL | SEALP | AOSI MATDAD   | 3390.30.17 - MATERIAL DE CONSUMO                                     | MOUSE   | 20   | 9,00         | 180,00       |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AOSI MATDAD   | 3390.30.17 - MATERIAL DE CONSUMO                                     | MULTIMETRO DIGITAL  | 16   | 72,73        | 1.163,68     |
| MANUTENÇÃO GERAL | SEALP | AOSI MATDAD   | 3390.30.17 - MATERIAL DE CONSUMO                                     | TONER PARA IMPRESSORA   | 340  | 380,00       | 129.200,00   |
| MANUTENÇÃO GERAL | STI   | AOSI MATDAD   | 4490.52.35 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS                  | WEB CAM   | 0    | -            | -            |
|                  |       |               |  |   |      | TOTAL        | 4.977.691,23 |



**Tribunal Regional Eleitoral**  
do Piauí



**PLANO DIRETOR DE TI 2019-2020**